

**SUELLEN ALENCAR RUFINO DA SILVA**

**CASA DE APOIO À POPULAÇÃO DE RUA COM  
PERSPECTIVA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL EM  
CAMPO GRANDE - MS**



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL  
MESTRADO / DOUTORADO  
CAMPO GRANDE - MS  
2021**

**SUELLEN ALENCAR RUFINO DA SILVA**

**CASA DE APOIO À POPULAÇÃO DE RUA COM  
PERSPECTIVA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL EM  
CAMPO GRANDE - MS**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco, UCDB, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local, sob a orientação da Profª Drª Maria Augusta de Castilho.

**Bolsista – UCDB**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Universidade Católica Dom Bosco



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL  
MESTRADO / DOUTORADO  
CAMPO GRANDE - MS  
2021**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Universidade Católica Dom Bosco  
Bibliotecária: Mourâmise de Moura Viana - CRB-1 3360

S586c Silva, Suellen Alencar Rufino da

Casa de apoio à população de rua com perspectiva  
para o desenvolvimento local em Campo Grande - MS/  
Suellen Alencar Rufino Da Silva; sob a orientação da  
Profª Drª Maria Augusta de Castilho.-- Campo Grande,  
MS

: 2022.

66 p.: il.;

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento  
Local) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo  
Grande - MS, Ano 2022

Bibliografia: p. 61 - 66

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

**Título: CASA DE APOIO À POPULAÇÃO DE RUA COM PERSPECTIVA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL– CAMPO GRANDE - MS**

**Área de concentração:** Desenvolvimento Local em contexto de territorialidades

**Linha de Pesquisa:** Cultura, Identidade e Diversidade Dinâmica Territorial

A defesa foi submetida a à Comissão Examinadora designada pelo Conselho do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local - Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local.

Data da defesa em: 15/12/2021

## **BANCA EXAMINADORA**



**Profª Drª Maria Augusta de Castilho - orientadora**  
Universidade Católica Dom Bosco - UCDB

**Profª Drª Arlinda Cantero Dorsa - Membro**  
Universidade Católica Dom Bosco - UCDB

**Profª Drª Maria Geralda de Miranda**  
Centro Universitário Augusto Motta - UNISUAM

Dedico o presente trabalho em primeiro lugar a Deus, a minha fonte de inspiração e razão de ser.

Aos meus pais e irmãos, pelo amor, cuidado e suporte em todos os momentos, para que eu alcançasse esta etapa da minha vida.

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer em primeiro lugar a Deus, por sempre me conduzir e direcionar em todos os momentos, me concedendo habilidades, competências, e por abrir portas em minha jornada.

À minha estimada orientadora, Prof<sup>ra</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Augusta de Castilho a qual tenho grande admiração, amizade, carinho e respeito pela carreira que construiu, além de ser um grande exemplo de profissional competente, dedicada e pessoa tão iluminada. Agradeço imensamente por sempre estar ao meu lado durante todos esses anos, me ajudando, me incentivando a alcançar patamares maiores, pelo seu trabalho aprendi a amar a pesquisa.

Aos meus pais e avós, pelo apoio, motivação, e suporte incondicional que me foram concedidos durante toda a minha vida, e em especial em minha caminhada acadêmica e, ainda, por serem exemplos de dedicação e amor. Aos meus irmãos e cunhados, por estarem ao meu lado, me incentivando a não desistir, por mais árduo que sejam os desafios, e por me aconselharem a persistir em meus sonhos.

Agradeço também aos meus amigos e parentes, que sempre me auxiliaram, foram o apoio e o suporte sempre que precisei.

Gostaria de agradecer a todos os professores e colaboradores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local - Mestrado/Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco, pelas aulas, pela dedicação, ajuda e incentivo que sempre depositaram a nós. Aos colegas de mestrado e doutorado pelo conhecimento compartilhado nas aulas, pelos trabalhos em grupo e pelas trocas de experiências.

À Universidade Católica Dom Bosco pelo financiamento e apoio para que eu pudesse realizar este sonho.

Por fim, a todos aqueles que contribuíram direta e indiretamente para a conclusão desta dissertação.

Vi ontem um bicho  
Na imundície do pátio  
Catando comida entre os detritos.  
Quando achava alguma coisa,  
Não examinava nem cheirava:  
Engolia com voracidade.  
O bicho não era um cão,  
Não era um gato,  
Não era um rato.  
O bicho, meu Deus, era um homem.

Manoel Bandeira (1947)

SILVA, Suellen Alencar Rufino. **CASA DE APOIO À POPULAÇÃO DE RUA COM PERSPECTIVA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL EM CAMPO GRANDE – MS**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local).2021 66 fls. Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2021.

## **RESUMO**

O presente trabalho apresenta uma abordagem sobre a Casa de Apoio à População em Situação de Rua São Francisco de Assis sob a ótica do Desenvolvimento Local. O estudo executado teve como premissa discorrer sobre as mudanças advindas do mundo globalizado e seus impactos na economia e na sociedade. Desse modo, como o modelo consolidado gerou reflexos na estratificação do trabalho, no processo econômico desigual, em segregações, abismos entre as camadas, em processos de rualização, que ainda repercutem nos dias de hoje. Neste contexto, evidencia-se que no Brasil, essas questões sociais ainda são mais acentuadas, o que culmina em grupos vulneráveis, que experimentam em seu cotidiano uma realidade hostil de exclusão, invisibilidade, preconceito, pobreza e outras mazelas. Nota-se um segmento populacional que se enquadra nesta situação, denominado como população em situação de rua. Consoante ao estudo desta temática, o objetivo geral do trabalho é averiguar a atuação da Casa de Apoio à População em Situação de Rua São Francisco de Assis sob a ótica do Desenvolvimento Local. A partir disso, identificar e entender a realidade dessas pessoas, além de estabelecer a ligação da legislação em vigor e a relevância que a Casa de Apoio possui na efetivação normativa, e por fim, verificar a estrutura e funcionamento da Casa de Apoio, e a sua contribuição no contexto do Desenvolvimento Local. A problemática do trabalho em pauta é relevante, e se refere à vulnerabilidade das pessoas em situação de rua, tendo em vista que mesmo diante de ações e políticas públicas, a questão ainda persiste. O método utilizado foi o indutivo, com uma abordagem qualitativa; quanto ao tipo de pesquisa, optou-se por ser também exploratória. Quanto ao procedimento de coleta de dados, o trabalho tem como aporte as informações fornecidas pela Casa de Apoio, além de revisão bibliográfica, com suporte em livros, revistas e artigos, que contribuíram para o enriquecimento teórico deste trabalho. Somado a isso, realizou-se pesquisa de campo, com aplicação de entrevistas semiestruturadas aos dirigentes e moradores da Casa de Apoio. À vista disso, os resultados obtidos demonstram o quanto o trabalho desempenhado pela Casa de Apoio e órgãos envolvidos na cidade de Campo Grande - MS, contribui no processo de restabelecimento das potencialidades humanas destes indivíduos e transformação em seu aspecto pessoal, social e econômico, oportunizando a essas pessoas um resgate ao sentimento de pertença e um novo sentido de vida.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Local. Casa de Apoio. Pessoas em situação de rua.



SILVA, Suellen Alencar Rufino. **SUPPORT HOUSE FOR THE STREET POPULATION WITH PERSPECTIVE FOR LOCAL DEVELOPMENT IN CAMPO GRANDE – MS**. Dissertation (Master in Local Development). 2021. 66 fls. Don Bosco Catholic University. Campo Grande - MS, 2021.

### ABSTRACT

The present work presents an approach on the Support House for the Population in a Street Situation of São Francisco de Assis from the perspective of Local Development. The study carried out had the premise of discussing the changes arising from the globalized world and their impacts on the economy and society. In this way, as the consolidated model, it generated reflexes in the stratification of work, in the unequal economic process, in segregation, abysses between the layers, in processes of streetization, which still reverberate today. In this context, it is evident that in Brazil, these social issues are even more accentuated, which culminates in vulnerable groups, who experience in their daily lives a hostile reality of exclusion, invisibility, prejudice, poverty and other ills. There is a population segment that fits in this situation, called the homeless population. Depending on the study of this theme, the general objective of the work is to investigate the performance of the Support House for Population in a Street Situation in São Francisco de Assis from the perspective of Local Development. From this, identify and understand the reality of these people, in addition to establishing the link between the legislation in force and the relevance that the Support House has in the normative implementation, and finally verify the structure and functioning of the Support House, and its contribution to Local Development. The issue of the work in question is relevant, and refers to the vulnerability of people living on the streets, considering that even in the face of public actions and policies, the issue still persists. The method used was inductive, with a qualitative approach; as to the type of research, it was chosen to be exploratory. As for the data collection procedure, the study has as input the information provided by the Support House, in addition to a bibliographical review, supported by books, magazines and articles, which contributed to the theoretical enrichment of this work. Added to this, field research was carried out, with application of semi-structured interviews with managers and residents of the Support House. In view of this, the results obtained demonstrate how much the work performed by the Support House and agencies involved in the city of Campo Grande - MS, contributes to the process of reestablishing the human potential of these individuals and transforming their personal, social and economic aspects, providing opportunities to these people a rescue of the feeling of belonging and a new sense of life.

**Keywords:** Local Development. support house. homeless people.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO CONTEXTO DA SOCIEDADE BRASILEIRA.....</b>	<b>12</b>
2.1 Ruptura social e perda do sentimento de pertença e identidade das pessoas que vivem nas ruas.....	25
2.2 Medidas e ações em prol da população em situação de rua.....	29
<b>3 ASPECTOS GERAIS DA CASA DE APOIO A POPULAÇÃO DE RUA SÃO FRANCISCO DE ASSIS.....</b>	<b>34</b>
3.1 Estrutura.....	36
3.2 A relação da Casa de Apoio com as perspectivas do Desenvolvimento Local.....	42
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>46</b>
4.1 Processos metodológicos e coleta de dados.....	46
4.2 Relatos dos sujeitos observados.....	47
4.3 Resultados esperados.....	57
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>59</b>
<b>REFRÊNCIAS.....</b>	<b>61</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como premissa as mudanças advindas do mundo globalizado e seus reflexos nas questões sociais na atualidade. A partir disso, evidencia-se como o baixo desenvolvimento e discrepância social que ainda existe no Brasil, culmina em grupos vulneráveis, que partilham a falta de acesso a recursos e oportunidades.

Percebe-se, que existe um segmento populacional que se enquadra nesta realidade, que experimenta em seu cotidiano a vulnerabilidade, a exclusão social, a marginalização, o desemprego, a pobreza extrema, a violência, a qualidade de vida indigna. Este grupo é denominado como população em situação de rua.

Assim, o estudo traz uma abordagem sobre o Decreto nº 7.053 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua, além do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. Pontua-se também, sobre quais são os fatores que levam o indivíduo a estar nesta condição.

Desse modo, o objetivo geral do trabalho foi averiguar a atuação da Casa de Apoio à População em Situação de Rua São Francisco de Assis sob a ótica do Desenvolvimento Local. Procurou-se ainda, identificar e entender a realidade dessas pessoas, além de estabelecer a ligação da legislação em vigor e a relevância que a Casa de Apoio possui na efetivação normativa, e verificar a estrutura e funcionamento da Casa de Apoio, e a sua contribuição no contexto do Desenvolvimento Local.

A partir desta perspectiva, a problemática a ser levantada se refere à vulnerabilidade das pessoas que vivem em situação de rua, uma vez que mesmo em detrimento de políticas, diretrizes e ações que gradativamente vão sendo implementadas, essa problemática social ainda é frequente. Desse modo, a pesquisa foi desenvolvida no contexto da Casa de Apoio à População em Situação de Rua, em uma análise de sua criação, estrutura, funcionamento e finalidade.

A relevância do estudo em termos sociais, visa conscientizar a comunidade a ter um olhar empático sobre essas pessoas que vivem em situação de rua, e como cada indivíduo como agente de transformação pode mudar esta realidade, assim como se deu a iniciativa por parte da presidente da Casa de Apoio. Sob a ótica da academia, o trabalho em pauta tem o intuito de fomentar mais estudos sobre esta população, haja vista que

existe uma carência de dados concretos, que ao longo do trabalho é descrito sobre este grupo.

Em linhas gerais, para o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento local, este trabalho visa ter uma visão holística deste cenário, a fim de mostrar a relevância que a Casa de Apoio possui na cidade de Campo Grande - MS. Por outro lado, assinala-se também, sua contribuição no processo de transformação no âmbito social, econômico e político, no acolhimento e restabelecimento deste segmento populacional, com a perspectiva do desenvolvimento local.

Insere-se esta dissertação na Linha de pesquisa 1 – Cultura, Identidade e Diversidade na dinâmica territorial, mais precisamente no grupo temático 1 – Dimensão cultural e interculturalidade em processos inclusos e justiça social e direitos humanos em desenvolvimento local, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local (PPGDL) em contexto de territorialidades. Desse modo, a temática frente à justificativa apresentada em tela se molda à interdisciplinaridade pretendida pelo PPGDL.

O método utilizado foi o indutivo, com uma abordagem qualitativa; quanto ao tipo de pesquisa optou-se por ser também exploratória. Em relação ao procedimento de coleta de dados, o estudo teve como aporte as informações fornecidas pela Casa de Apoio, além de revisão bibliográfica, com suporte em livros, revistas e artigos, que contribuíram para o enriquecimento teórico do trabalho. Somado a isso, realizou-se pesquisa de campo, com aplicação de entrevistas semiestruturadas com dirigentes e moradores da Casa de Apoio.

Por fim, quanto à estrutura, a pesquisa apresenta os seguintes capítulos: o 1 - aborda a contextualização do tema proposto, a justificativa da pesquisa, a problemática, os objetivos e metodologia aplicada; no capítulo 2, destaca-se a população de rua no contexto da sociedade brasileira e retrata aspectos históricos e seus impactos no âmbito social, assim como, o que a lei dispõe sobre a denominação deste grupo, além dos fatores, dados, e a violência sofrida por essas pessoas. Pontua-se a seguir, a respeito da ruptura social e a perda do sentimento de pertença e identidade dessas pessoas, bem como sobre as medidas e ações voltadas a este grupo. O capítulo 3 apresenta aspectos gerais da Casa de apoio, sua estrutura, e descreve sobre o desenvolvimento local; já o capítulo 4 enfatiza os processos metodológicos da coleta de dados, apresentando os resultados da pesquisa, destacando os relatos dos sujeitos observados e as conclusões com base nas entrevistas aplicadas.

## **2 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO CONTEXTO DA SOCIEDADE BRASILEIRA**

É notório que as sociedades contemporâneas experimentaram mudanças significativas com o advento da globalização, que transformou o espaço e as relações humanas. Nesse sentido, os avanços econômicos no âmbito internacional por meio do modelo consolidado, gerou desigualdades entre os povos e dividiu o mundo entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Chesnais (1995, p. 15) pondera que “a economia global é excludente pois é dirigida pelo movimento do capital e nada mais”.

Nessa esteira, percebe-se que o mundo pós-industrial em busca do progresso e civilização, assim como a era do consumo, culminou na estratificação do trabalho, no processo econômico desigual, em segregações sociais, que impactaram as relações entre os sujeitos e o meio. Verifica-se ao longo da história, que as empreitadas coloniais, a industrialização, e o modo de produção capitalista, fizeram com que alguns países se desponsassem na economia, enquanto para os outros restaram os encargos.

Esses outros países, como por exemplo os da América Latina, em contrapartida aos países desenvolvidos, no Pós-Guerra Fria, tentavam se encaixar na nova configuração internacional no aspecto econômico e no político. Assim, buscavam romper com as disparidades históricas e o sonho do crescimento industrial, para superar o subdesenvolvimento (NIEDERLE; RADOMSKY, 2017).

O modelo capitalista implantado, de acordo com Tiengo (2018), acabou por gerar contradições e barbaridades, uma vez que ensejou o acúmulo de capitais, mas, por outro lado, acarretou um lastro de miséria aos países que não conseguiram alavancar no processo industrial. É manifesto que os reflexos ainda repercutem nos dias de hoje, quando se analisam os índices de desenvolvimento discrepantes em muitas regiões no mundo.

Desse modo, a partir dessas observações, o mundo globalizado experimentou uma produção industrial acelerada, com processo de desmatamento do meio ambiente, o que culminou em um processo migratório para áreas urbanas. Com o inchaço populacional, muitos problemas começaram a aflorar, como a falta de planejamento e infraestrutura, principalmente nos países subdesenvolvidos.

A consequência disso, surtiu como um obstáculo ao desenvolvimento dessas regiões até a atualidade, além de acender outras questões, como a falta de saneamento,

emprego, moradia, dentre outras problemáticas sociais que se arrastam no tempo. (OLIVEIRA, 1978)

Neste panorama, Barbosa *et al.* (2016) utilizando os dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, de 2013, trazem uma reflexão sobre a extrema pobreza concentrada nos países da América Latina e Caribe. Explicitam que até 2050 mais de três bilhões de pessoas iriam estar em uma realidade de miséria, e esta condição é reflexo da degradação do espaço, do meio ambiente, o que impacta no acesso a água potável e alimentação.

Diante deste cenário, Costa (1995) ao abordar a questão social e pobreza, retrata que isso gera uma diminuição do estado social, além de grandes desigualdades e abismos entre as camadas da sociedade. Assinala ainda este mesmo autor, que devido ao modelo econômico implantado, os indivíduos teriam dificuldades de transpor uma barreira econômica para subir de classe, e isso é reflexo das políticas implementadas que enxergaram os problemas como fatos isolados no contexto de crescimento.

Nessa perspectiva, Prates *et al.* (2013) assinalam que no mundo contemporâneo, as questões sociais têm se agravado, e isso é representado nos subalternos e na classe de trabalhadores que são os mais afetados com as mazelas sociais.

O desemprego estrutural, a precarização do trabalho, a convivência contraditória entre o alto desenvolvimento tecnológico e a manutenção de mazelas como a fome, a indigência, os processos de rualização, a violência, a desagregação de espaços de proteção e referência têm ampliado e complexificado as expressões da questão social exigindo novas formas de enfrentamento e preparação daqueles que contribuem para a sua materialização. (PRATES *et al.*, 2013, p.2).

Em vista disso, Prates *et al.* (2013) apresentam também que o poderio dos processos econômicos e de conhecimento, na era tecnológica, desencadeou uma sociedade alheia às necessidades básicas, sejam materiais ou simbólicas, o que tem gerado um prejuízo nas relações humanas e no autodesenvolvimento do indivíduo. Verifica-se também, que acarreta em um abismo que se opõe entre ricos e pobres, sendo essas questões arrastadas no tempo, gerando mais desigualdade e exclusão.

Ocorre que essa situação ainda é um problema a nível mundial, pois, conforme Barbosa *et al.* (2016, p. 20), utilizando os dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2014), uma vez que refletem que ``1,5 bilhão de pessoas em 91 países em desenvolvimento estão vivendo na pobreza, com privações em saúde, educação e direitos fundamentais``. Descrevem tais autores, que esta situação impacta no

desenvolvimento humano e sustentável, o que necessita de uma postura ativa dos detentores do poder para realizar políticas inclusivas para melhorar a vida das pessoas.

Ao analisar sobre este abismo social e econômico que ainda persiste no mundo, Leite (2006) pondera que isso ocorre em detrimento de algumas decisões que se discutem no âmbito nacional e internacional. Disserta esta autora, que alguns lugares são mais privilegiados, ou seja, acabam tendo mais oportunidades, vantagens e condições de vida, enquanto outros não partilham desta situação.

Na obra: - *Moradores de rua uma questão social?* publicada por Giorgetti (2015), identifica-se uma percepção acerca dos aspectos de riqueza e pobreza e descreve como os fenômenos sociais, como a exploração do trabalho e o surgimento de moradores que vivem em situação de rua, possuem respaldo sociais e históricos. A partir desta análise, pode-se fazer um comparativo entre a França e o Brasil, e como esses países enfrentaram as nuances do sistema global e as desigualdades. Giorgetti (2015), destaca também, que a França tenta aplacar os efeitos do capitalismo, por meio da ideia do Estado de Bem-Estar, o que atinge a esfera material e simbólica, e logo apresenta uma desigualdade em menor escala. Pontua-se que, enquanto que no Brasil, essa disparidade de renda ainda é iminente, haja vista existirem “formas arcaicas de acumulação de capital e exploração, bem como, a presença de um contingente pauperizado que ora participa das relações de mercado, ora é excluído de tais relações”. (GIORGETTI, 2015, s/p)

Identifica-se em um outro aporte, a utilização do termo exclusão social no Brasil, que ressoa a partir de 1990, tendo origem francesa após a crise do Estado do Bem Estar Social somado aos estudos sobre a vulnerabilidade;” no Brasil, o tema desigualdade social sempre esteve presente, em função das desigualdades socioeconômicas predominantes no desenvolvimento histórico nacional” (LEITE, 2006, p.4).

Sob a ótica brasileira, Lemos (2008) enfatiza que existe um contraste no país, o qual é revelado pelos indicadores econômicos e sociais que, em seu ponto de vista, são muito precários quando analisados com outros países. Nesta interface, a economia industrial aliada ao planejamento urbano desordenado com a migração para as cidades, e a oportunidade de acesso, foram pontos que culminaram em um acentuado nível de exclusão social e desigualdades.

Verifica-se que mesmo diante de recursos naturais favoráveis no Brasil, constata-se uma precariedade social, ambiental e econômica. Os indicadores como o Produto Interno Bruto (PIB) e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ainda estão muito aquém, quando se analisa estes índices em muitos países desenvolvidos.

Em 2007, houve uma mudança positiva com a implantação pelo governo federal do Nacional - Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, que impactou nos indicadores sociais e econômicos do país. “Com o crescimento exponencial no PIB per capita, o Brasil chegou a ocupar, em 2011, a posição de sexta economia mundial, ficando à frente de Reino Unido e Itália.” (BARBOSA *et al.*, 2016, p. 20)

Todavia, estes autores descrevem que nos anos seguintes, o país perdeu posições devido a situação mundial e problemas internos, como a corrupção, que impactou nos recursos financeiros do país e em consequência a falta de infraestrutura.

Nesse contexto, Barbosa *et al.*, 2016, p. 22), pontuam que:

o Brasil, país emergente com grande desigualdade entre as regiões, estados e até mesmo em uma mesma cidade, pois o lucro obtido nos setores produtivos se concentra nas mãos de uma minoria, não se revertendo em investimentos e oportunidades de ascensão para a maioria da população brasileira, assalariada, com baixo nível de estudo e vivendo em condições ambientais também precárias. Os avanços registrados nas últimas décadas, refletidos no PIB e no IDH nacionais, ainda que insuficientes, mostraram um caminho possível para o país se tornar uma economia competitiva superando a pobreza, o atraso na escolarização e a degradação do meio ambiente.

Desse modo, os problemas internos enfrentados pelo país demonstram a falta de políticas de desenvolvimento. Mesmo diante do crescimento de algumas regiões do país que impacta nos indicadores do PIB e IDH, a falta de emprego, planejamento e infraestrutura ainda persiste.

Não se pode negar, que a desigualdade no Brasil ainda é uma realidade presente, em que se constata uma concentração de renda em um pequeno grupo, que se beneficia de qualidade de vida, infraestrutura, moradia condizente, enquanto que a maioria das pessoas ainda vivem em condições precárias e indignas. Diante de tais reflexos, as sociedades modernas caracterizadas pela urbanização descontrolada, desigualdades de renda, falta de acesso escolar, organização social deficitária, acabaram por gerar mais distanciamento e segregação e, em consequência, a exclusão social de alguns grupos.

Esses resquícios do baixo desenvolvimento e discrepância social no Brasil, culminam em grupos vulneráveis que partilham a falta de acesso a recursos e oportunidades, em especial em algumas regiões do país, onde essas diferenças são mais acentuadas. Ao longo do tempo, diante de algumas ações governamentais em cidades brasileiras, esses grupos marginalizados foram sendo alocados em locais afastados dos centros urbanos, como periferias, áreas de riscos, vistos serem um problema social.



Pode-se notar um segmento populacional que se enquadra nesta agrura, o qual experimenta em seu cotidiano a vulnerabilidade, a exclusão social, a marginalização, a falta de acesso a moradia, o desemprego, a pobreza extrema, a violência, a qualidade indigna, a precarização, dentre outras questões. Este grupo é denominado de população em situação de rua, pessoas que convivem com o processo de rualização e estão imersas as mazelas sociais.

Silva (2006), esclarece que este fenômeno da população que vive nas ruas está atrelado a desigualdade e condição social provocada pelo sistema capitalista, culminando na precariedade e falta de trabalho, além de uma estrutura deficitária quanto ao planejamento, desenvolvimento e distribuição nas cidades, o que acentuou os níveis de pobreza.

A Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua (2008, p. 3) demarca que este grupo ``encerra em si o trinômio exprimido pelo termo exclusão: expulsão, desenraizamento e privação``.

Em face deste contexto, percebe-se uma naturalização deste grupo no olhar da sociedade, que acabam visualizando esses sujeitos não apenas como um problema e sim mais uma realidade presente nas cidades. Essas pessoas que vivem nos espaços públicos e nas vias de forma indigna, se tornam indiferentes para a comunidade que os cercam.

Sob a ótica de algumas pessoas, deveriam ser expurgadas deste seio, ou realocadas, uma vez que atrapalham o curso coletivo. ``No que se refere à vulnerabilidade social e à situação de rua especificamente, podemos perceber sinais discursivos de desmobilização da sociedade civil em relação a este assunto`` (RESENDE, 2015, p. 114).

Para Alvarez, Alvarenga e Della Rina (2009) as pessoas que vivem nas ruas são vítimas da sociedade que os rejeitam, excluem e alimentam o preconceito, e esse estigma recai sobre o próprio morador, que acaba tendo o olhar sobre si de indiferença e invisibilidade. Tais autores afirmam que muitos indivíduos, como forma de proteção em seu íntimo, adotam padrões de conduta para conseguirem sobreviver neste ambiente tão caótico e hostil.

A autora Filgueiras (2019), citando os autores Choppin, Gardella, Jouve e Pichon, afirma que as pessoas que moram nas ruas acabam sendo um problema público, e não somente social, haja vista que repercutem no âmbito político e urbano. A esse respeito, esta autora comenta que este fenômeno se torna preocupante e emblemático quanto às causas, aos responsáveis e a ações solucionadoras.

A existência de pessoas morando nas ruas inquieta quem vive ou visita uma cidade, os comerciantes, o poder público responsável pela gestão, regulação e fiscalização do território. Moradores de rua podem ser encontrados em logradouros públicos, becos, vias de circulação, passeios, praças, debaixo de viadutos, pontes e marquises, entradas de edifícios, lotes vagos, rodovárias e abrigos de ônibus e em muitos outros lugares nos interstícios da cidade. Essas pessoas são consideradas pelos demais moradores como indesejáveis, fora do lugar, poluidores do espaço urbano. (FILGUEIRAS, 2019, p. 978).

Percebe-se que esses indivíduos, que têm as ruas como local de permanência, enfrentam em seu cotidiano uma realidade dramática e fora dos anseios e padrões sociais, e por isso, são enxergados como poluidores das cidades, são um problema que impacta diferentes nuances. Sob seu olhar, também são vistos de maneira negativa, e já não almejam uma vida diferente daquela que lhe é imposta.

Ampliam essa discussão Ferreira e Alves (2015) ao descreverem que as representações sociais que circunscrevem os moradores de rua, muitas vezes são utilizadas terminologias pejorativas como: mendigos, sujos, vagabundos, indigentes, desocupados. Assim, sob esta percepção, além deste cenário de desigualdade social, os moradores de rua são vítimas do preconceito e indiferença, distantes dos papéis de autores da sociedade.

Neste contexto complexo, algumas pautas de projetos políticos e ações sociais foram criadas para tentar remediar a questão, contudo, mesmo diante das medidas implementadas ao longo dos anos, verifica-se que isso se protela no tempo, sem um caminho realmente eficaz.

Face a isso, é necessário compreender quais pessoas se enquadram nesta realidade; quais são as causas que levam estes indivíduos a estarem nesta condição; como vivem estes moradores nas regiões brasileiras. Esta compreensão revela muitos estudos e pesquisas em prol do entendimento sobre esta questão emblemática, além de muitos projetos que procuram amenizar este quadro.

De acordo com dados apontados no Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social (2015), o desafio enfrentado é justamente desmitificar essa situação de rualização, exclusão social, e permanência desses sujeitos nos espaços de rua no Brasil, uma vez que são frutos de um meio que criminaliza, diferencia, e institucionaliza essas questões. Percebe-se, conforme analisado, que este grupo abarca uma parcela bastante heterogênea, tais como: andarilhos, trecheiros, e outros sujeitos que têm as ruas como sua permanência definitiva ou temporária.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Segundo conceito extraído do Dicionário Aurélio (2001, p.42)- Andarilho: Aquele que anda muito;

Essas pessoas, conhecidas popularmente como moradores de rua, se enquadram em um grupo populacional dissimilar, que utilizam logradouros públicos como um lugar de moradia. Além da invisibilidade e indiferença que muitas vezes representam este grupo, são também conhecidos por termos pejorativos e preconceituosos, por uma sociedade que ao invés de lhes proporcionar o acolhimento, demonstra uma rejeição.

Estabelece-se, que diante de lacunas legislativas, dados, informações e ações governamentais em prol deste grupo, no ano de 2009, foi promulgado o Decreto nº 7.053, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento.

Por meio deste Decreto, foi possível fazer um delineamento em prol deste grupo, mediante a construção de normas, diretrizes e objetivos no intuito de promover um acesso, direitos e garantias. O Decreto estabelece o que vem a ser o termo - população em situação de rua, definido no artigo 1º, parágrafo único, que assim prevê:

Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (BRASIL, 2009)

Nota-se pelo artigo em exame, que a população em situação de rua representa pessoas que utilizam as vias públicas, áreas de riscos como permanência por tempo determinado ou não, e detêm como características, a pobreza. Também, são notados outros aspectos que marcam este grupo como: desemprego, falta de moradia, laços familiares comprometidos, levando-os fatalmente a esta realidade hostil.

O Decreto estabelece quatro condições para enquadrar um indivíduo neste contexto, sendo: “pessoa em situação de rua: pobreza extrema; vínculos familiares interrompidos ou fragilizados; inexistência de moradia convencional regular; e utilização dos logradouros públicos e áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento” (BRASIL, 2014, p. 11)

Conforme o Guia de Cadastramento de Pessoas em Situação de Rua (2015) esses indivíduos permanecem nas vias públicas, por tempo determinado ou indeterminado, e se

---

De acordo com Nascimento (2008, p.23)- Trecheiros: São indivíduos que perambulam pelas rodovias a pé, de cidade em cidade, sobrevivendo de trabalhos temporários e de eventuais ajudas filantrópicas.

alojam em praças, ruas, imóveis abandonados, dentre outros locais. Este grupo, caracteriza-se por não terem seus direitos resguardados, e se encontram em um cenário de desigualdade.

Em relação a identificação da população de rua, Silva (2006) descreve que seis aspectos marcam este grupo. 1º - Se refere às múltiplas determinações ou fatores que levam estes indivíduos a estarem nesta condição; 2º - diz respeito à questão social na contemporaneidade e o impacto que gera para que eles estejam nesta realidade; 3º - faz menção aonde essa população permanece, que é mais propenso a se alojar nos centros das cidades, uma vez que neste lugar tem o impacto da concentração de capital, e favorece a manutenção e subsistência deste grupo que vive nas ruas; 4º - está ligado ao preconceito que estes indivíduos sofrem pela comunidade, ``denominações, pejorativamente utilizadas pela sociedade para designá-las, são exemplos do preconceito social existente: mendigos, vagabundos, maloqueiros, desocupados, bandidos``. (SILVA, 2006, p. 93)

Por fim, esta autora amplia essa discussão ao abordar a quinta característica, que se refere às singularidades presentes no território que os circunscrevem, relacionadas a valores, costumes, hábitos culturais e geográficos. Quanto ao sexto aspecto, a mesma autora reforça a naturalização do fenômeno da população de rua, pela falta de políticas e pela falta de dados em prol desta população.

De acordo com a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua (2008), um dos desafios que recai sobre esta população, é delimitar um conceito que abrange diferentes indivíduos em contextos distintos. Nesse diapasão entende-se que, “a rua pode se constituir num abrigo para os que, sem recursos, dormem circunstancialmente em logradouros públicos ou pode indicar uma situação na qual a rua representa seu *habitat* propriamente dito” (POLÍTICA NACIONAL PARA INCLUSÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, 2008, p. 8).

Assinala-se que a definição deste grupo populacional emerge para alguns autores de maneira embaraçosa. Corroborando com esta discussão Rodrigues (2015) ao afirmar a existência de alguns arcabouços de estudos, disserta que as palavras morador de rua, população em situação de rua, sem teto, pessoas de rua, incluindo várias categorias em um mesmo grupo, e são utilizados muitas vezes pelos meios de comunicação de maneira equivocada, principalmente quando enquadra pessoas diferentes, em situações diversas a esses termos.

Rodrigues (2015), complementa para uma reflexão, aos termos: morador de rua e pessoas em situação de rua, empregados por alguns pesquisadores, os quais sugere que o

primeiro remete a uma situação permanente e o segundo a outra situação transitória. Tais palavras afloram em duas faces, isto é, “em primeiro ela dá a causa um engessamento de categoria ao tratar o morador de rua como condição irreversível e, portanto, é fatalista dada a sua inexorabilidade; a outra questão se refere ao problema da divisão”. (RODRIGUES, 2015, p. 15)

Em relação a esses aspectos, Martinez *et al.* (2014, p. 742) ao abordarem o assunto, também, separam as terminologias, e pontuam

:

Ao se falar em “moradores de rua”, é preciso ter em mente que os termos referentes a eles são vários. Utilizaremos “população de rua” para nos remeter aos modos de gestão das vidas de rua, sobretudo para marcar o domínio institucional de sua gestão, onde o termo população tem seu estatuto validado. De outro modo, utilizaremos o termo “morador de rua” para nos referir aos outros modos de vida, aqueles que se constituem no domínio da rua. Essa diferenciação analítica é necessária para sublinhar a separação entre a esfera institucional e a rua, de modo que seja possível identificar as tensões travadas na confluência dos dois domínios.

Para Ghirardi *et al.* (2005, p.602), faz-se necessário entender que “existe um processo que ocorre em três situações nos espaços de rua, que seriam: ficar na rua, estar na rua e ser da rua. Essa variação semântica parece traduzir um movimento de adaptação que vai do transitório ao permanente na relação com o espaço público”.

Estes autores comentam a respeito do termo utilizado pelos indivíduos que vivem em situação de rua, que se denomina como cair na rua, palavra que se refere às pessoas inseridas nesses espaços e que se tornam invisíveis diante da comunidade.

Infere-se que as pessoas que vivem nas ruas além de utilizarem o espaço público como local de habitação, também se desprendem dos vínculos sociais, logo, a rua é um meio de sobrevivência, mas também de liberdade. Portanto, a falta de enquadramento em uma realidade determinada, vai dando espaço a um novo sentido. (KUBOTA; PIRES; NEVES, 2008).

Varanda e Adorno (2004, p. 58), evidenciam que, quando se verifica tais pessoas e instituições, a categorização incide “com um conceito de cronicidade, que relaciona subjetivamente a aparência e comportamento do indivíduo a determinado estágio de degradação na significação do que seja a situação de rua”.

Mesmo diante da instabilidade usual dos termos, quando se trata do sujeito na permanência das ruas, Magni (2004) amparada na obra - “Desafortunados: um estudo sobre o povo de rua”, retrata três aspectos caracterizadores dessas pessoas, quais sejam: o modo de vida; a forma cognitiva e o tempo nos logradouros públicos. Vale ressaltar que

os tipos de sobrevivência de uma subcultura nas ruas, “fundamenta-se num conjunto padronizado de comportamentos, rotinas e orientações criados pelo povo de rua, visando adaptarem-se as restrições institucionais, políticas, ecológicas e morais” (MAGNI, 2004, p. 325).

Constata-se, no aporte de Lysardo-Dias (2016), que os moradores de rua optam por se adaptar ao modo de vida nos logradouros, tentando sobreviver em face das condições tão precárias, em relação à higiene pessoal, alimentação, dentre outros.

Reforça a referida autora, que estes moradores de rua apresentam dificuldades de inserção na coletividade, e acabam se distanciando socialmente de outras pessoas. Quando estão nas ruas, esses sujeitos ainda encontram dificuldade de socialização com a própria população que vive nas ruas, o que dificulta o modo de convivência e permanência na via.

Faz-se necessário contudo, entender a gênese do problema que pode se dar por diversos motivos. Hino; Santos; Rosa (2018, p. 733), enfatizam que:

A existência da população que vivencia situação de rua é um fenômeno social que vem assumindo novas expressões nas sociedades contemporâneas, particularmente nos centros urbanos. Esse grupo social marginalizado pela sociedade tem como habitação os logradouros ou albergues públicos ou filantrópicos e, ainda, vivencia situações de trabalho, condições de vida e inserções sociais precárias

Sobretudo, é manifesto que a falta de residência convencional muitas vezes é vista como fator preponderante deste grupo populacional. Algumas ações por parte do poder público e privado são aplicadas para tentar remediar o problema da falta de domicílio destes indivíduos, mas mesmo assim, o restabelecimento social torna-se complexo, vez que além de não terem uma habitação convencional, perdem o seu bem-estar físico e psíquico, bem como de sua identidade. (CARNEIRO JR; JESUS; CREVELIM, 2010)

Conforme Frangella (2004), a falta de emprego, as frágeis relações familiares e sociais acabam por posicionar esses indivíduos a um lugar específico na comunidade, ou seja, são colocados na marginalização e precariedade econômica e social. Revela-se uma ruptura destes moradores com o seu passado e sua condição atual.

Infere-se que muitos são os fatores que levam a pessoa a estar na condição de rua. Essas causas podem se dar por abandono afetivo, vícios em drogas, álcool, jogos, falta de trabalho e oportunidades, por morte de familiar, por problemas de saúde ou psicológico, por baixa renda, por quebra dos vínculos familiares, migração dentre outros.

Assinala Silva (2006), que existem fatores estruturais, biográficos e fatos da

natureza. O primeiro aspecto diz respeito à falta de moradia, à falta de renda e emprego, a alterações econômicas que impactam a estrutura. O segundo se relaciona a fatos históricos de cada pessoa, como quebra de laços familiares, vícios, doenças, mortes, problemas; o terceiro está intimamente ligado a fatores da natureza, como inundações, tragédias, que os levam a estar nesta condição.

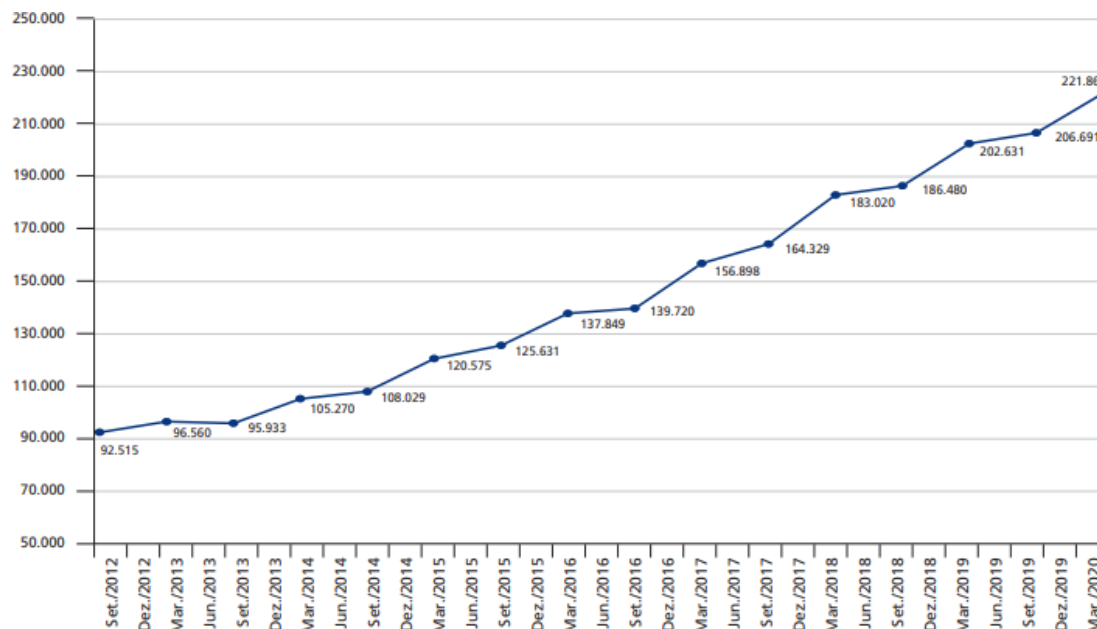
De acordo com os dados extraídos da Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua (2008, p. 11), assinala-se que:

Os principais motivos pelos quais essas pessoas passaram a viver e morar na rua se referem aos problemas de alcoolismo e/ou drogas (35,5); desemprego (29,8%) e desavenças com pai/mãe/irmãos (29,1%). Dos entrevistados no censo, 71,3% citaram pelo menos um desses três motivos (que podem estar correlacionados entre si ou ser consequência do outro).

Ocorre que ainda persiste uma carência de informações e dados oficiais em prol deste grupo, haja vista a dificuldade de fazer um levantamento real destes indivíduos, uma vez que se dispersam nas regiões brasileiras, não tendo um domicílio certo. Algumas ações e estudos tentam apurar o quantitativo da população de rua no intuito de propor medidas e soluções para amenizar a vulnerabilidade, exclusão e invisibilidade social.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada após o ano de 2012 a população de rua cresceu mais de 140%, tornando-se mais de 222 mil brasileiros vivendo nesta condição. O gráfico 1 a seguir, aponta um quantitativo deste grupo, a partir de pesquisas do Censo Suas, Cadastro Único, RMA, Ipea e IBGE (2015).

**Gráfico 1** – Crescimento estimado das pessoas em situação de rua no Brasil de setembro de 2012 a março de 2020.



**Fonte:** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2020) apud Censo Suas; Cadastro Único; RMA; Ipea (2015); IBGE (2015)<sup>2</sup>

No gráfico 1, identifica-se que a curva é exponencial, ou seja, desde 2012 houve um aumento significativo das pessoas que estão vivendo nas ruas, o que revela que a situação econômica do país ainda gera reflexos negativos na sociedade. Os indicadores como o PIB e IDH no Brasil, demonstram que mesmo em detrimento das políticas e ações públicas para solucionar a situação, o problema ainda perdura. O que demonstra a necessidade de políticas ativas em prol do desenvolvimento interno.

Diante dos dados coletados, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada fez ainda um levantamento para apurar a quantidade de pessoas que vivem nas ruas em cada região do Brasil. Com isso, utilizaram dados do Sistema Único de Assistência Social e do Cadastro Único do ano de 2019, e verificaram que:

A análise constatou que a maioria dos moradores de rua (81,5%) está em municípios com mais de 100 mil habitantes, principalmente das regiões Sudeste (56,2%), Nordeste (17,2%) e Sul (15,1%). “O tamanho do município, bem como seu grau de urbanização e de pobreza estão associados ao número de pessoas morando nas ruas, o que indica a necessidade de políticas públicas

<sup>2</sup> Gráfico extraído da Nota Técnica sobre a estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020) do autor Marco Natalino. Disponível em <[https://www.ipea.gov.br/porta/images/stories/PDFs/nota\\_tecnica/200612\\_nt\\_disoc\\_n\\_73.pdf](https://www.ipea.gov.br/porta/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200612_nt_disoc_n_73.pdf)>



adequadas a essas cidades”.<sup>3</sup>

Percebe-se que o contingente populacional de brasileiros que vivem em condições precárias nas ruas é bem expressivo em algumas regiões do país. Na região Sudeste, por exemplo, verifica-se uma porcentagem de mais de 50% dessa população, o que demonstra que pelo crescimento demográfico dessa localidade propicia a manutenção dessas pessoas vivendo de forma precária.

Quando se refere a uma população mais jovem, apurou-se por meio da Primeira Pesquisa Censitária Nacional sobre Crianças e Adolescentes em Situação de Rua em 2010, que foram identificadas 23.973 crianças e adolescentes que estão nesta realidade dramática (BRASIL, 2011).

Ocorre que, mesmo diante de informações, estudos e pesquisas, os dados ainda são precários e insuficientes para demonstrar a real população de rua. Isso por que, os dados colhidos pelo Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único), não representam o grupo em sua totalidade, pois “suas informações possuem claro viés de subestimação, uma vez que apenas aquelas pessoas em situação de rua que foram cadastradas são contadas” (NATALINO, 2016, p. 11).

Logo, os indivíduos que não foram cadastrados no sistema, também não foram contabilizados nos estudos e nas pesquisas, permanecendo na invisibilidade. Essa defasagem de informações também se verifica no censo realizado pelo IBGE, uma vez que as pessoas que vivem nas ruas não estão incluídas na contagem oficial da população.

A falta desses dados, segundo noticiou a Agência Brasil<sup>4</sup> é que o IBGE considera para a coleta de informações, apenas as pessoas que possuem residências permanentes, o que dificulta localizar e identificar os indivíduos que vivem em situação de rua por conta da questão da mobilidade.

Justifica Natalino (2016) esta ausência de dados oficiais e censo demográfico decenal, que ocorre pela dificuldade de uma pesquisa de campo, uma vez que estes indivíduos não se fixam em um local determinado, o que torna complexa a procura por estas pessoas. Para alterar esta situação, têm-se implementado iniciativas por parte dos municípios para tentar averiguar esse quantitativo.

É importante mencionar, que além da falta de dados e informações reais sobre

---

<sup>3</sup> [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=35811](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35811)

<sup>4</sup> Notícia veiculada no site da Agência Brasil, cujo o tema foi “população de rua deve ficar fora do censo de 2020”. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-09/populacao-de-rua-deve-ficar-fora-do-censo-2020>

esse grupo, verificam-se muitos casos lamentáveis de indiferença, discriminação e de atos criminosos no Brasil contra essas pessoas.

Um desses casos, ocorreu na cidade de Campo Grandes-MS, no dia 21 de maio de 2020, que ganhou repercussão nacional com a seguinte manchete: - Empresário joga água na cara de morador de rua e é denunciado. O empresário do estabelecimento tinha a intenção de expulsar o sujeito da frente de seu comércio por se sentir incomodado com sua presença.<sup>5</sup>

A cliente que presenciou toda a cena bárbara, ficou indignada pela forma ríspida que viu o morador de rua ser tratado pelo empresário. Na reportagem, comentou que:

um empresário que acha que tem o direito de agredir uma pessoa simplesmente por estar em frente ao seu comércio com extrema violência, todos que estavam no local presenciaram a cena de não menos digna de bicho, porque ninguém é melhor que ninguém, porque tem dinheiro ou é dono de algum lugar.

Uma cena lamentável contra o morador que, segundo a reportagem, foi ao local apenas para pedir um pouco de comida. Outro caso emblemático noticiado em vários canais de comunicação, ocorreu em Santo André, ABC Paulista, em 2019, em que um homem executou com vários disparos de arma de fogo Sebastião Lopes dos Santos, uma pessoa que vivia nas ruas.

Segundo descrito pelas pessoas que se encontravam no local, o agredido era um indivíduo tranquilo e não causava mal a ninguém, apenas pedia comida para sobreviver. Apurou-se que o empresário era dono de um restaurante, e não gostava do fato de Sebastião ir até seu estabelecimento pedir dinheiro aos seus clientes.<sup>6</sup>

Desse modo, percebe-se o quanto as pessoas que vivem nas ruas do Brasil estão em uma situação de vulnerabilidade. Segundo o Dicionário do Desenvolvimento (2020), a vulnerabilidade concerne em uma condição de restrição de desenvolvimento humano, é estar em uma situação de risco, de fragilidade, e que atinge diferentes esferas. Ainda, a vulnerabilidade está atrelada a discriminação, exclusão, e violação de direitos.<sup>7</sup>

Em face do exposto, resta claro que as pessoas que vivem nas ruas estão

---

<sup>5</sup> Reportagem veiculada por meio do site <https://www.msnoticias.com.br/editorias/geral-ms-noticias/empresario-joga-agua-na-cara-de-morador-de-rua-e-e-denunciado/98172/>

<sup>6</sup> Reportagem veiculada no site: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/05/13/interna-brasil,754628/morador-de-rua-e-executado-a-tiros-em-santo-andre-na-grande-sp.shtml>

<sup>7</sup> Conceito de vulnerabilidade pelo Dicionário do desenvolvimento disponível em <https://ddesenvolvimento.com/portfolio/vulnerabilidade/>

completamente privadas de direitos, garantias, condições dignas de vida e estão à margem da sociedade, cuja ruptura social, gera a perda do sentimento de pertença e identidade desta população.

## **2.1 Ruptura social e perda do sentimento de pertença e identidade das pessoas que vivem nas ruas**

As pessoas que vivem nas ruas do Brasil enfrentam em seu cotidiano uma dura realidade, além de suas lutas internas de vícios, problemas físicos e psicológicos, ainda enfrentam a indiferença e rejeição social. A ausência de um lugar, a falta de documentos e afinidades familiares, a perda do envolvimento na comunidade, até mesmo uma imprecisão de dados, as levam a permanecer excluídas do convívio em sociedade.

Os autores Carneiro JR; Jesus; Crevelim (2010), sintetizam que esta população, além de não ter uma residência convencional, ainda está privada de condições mínimas em sua saúde física e mental. Esta perda, ainda recai no sentimento de pertença e nas raízes no espaço vivido, uma vez que não se sentem mais parte da comunidade, não buscam espaço profissional, mas apenas um modo de sobreviverem no cotidiano, que a rua proporciona.

Nesta conjuntura, Escorel (1999) explana que as pessoas que vivem em situação de rua, são reduzidas a categoria de animal, cuja única aspiração seja sua preservação biológica, uma vez que estão impossibilitadas de gozarem do exercício das potencialidades da condição humana.

Essas expressões sociais de exclusão, fundamentam-se na isenção da responsabilidade da comunidade local e do poder público, diante das mazelas que perpetram o meio, como o desemprego, a falta de dignidade da pessoa humana, a valorização especulativa do capital, que corroboram para o problema.

Em decorrência disso, Castel (1998) evidencia que há um processo dinâmico que circunscreve os moradores de rua, uma vez que outrora eram integrados, mas agora, passam a serem vulneráveis, e da vulnerabilidade caminham para a inexistência social. Este mesmo autor pontua que o final deste processo é a desfiliação, em que tais indivíduos permanecem no estado de completa privação da vida em sociedade.

Revela-se, pois, que tal ruptura social traz ações danosas para esses indivíduos, em sua identidade, em sua consciência e no seu sentimento de pertença, gerando uma percepção negativa na sociedade, que em contrapartida enfrenta a questão de maneira preconceituosa, excludente ou ainda de forma indiferente.

Mesmo que sejam implementados ações e projetos para o restabelecimento dessas pessoas na comunidade local, assevera-se que elas ainda são invisíveis e frutos do acaso,

o que gera cada vez mais o seu afastamento dos setores sociais. Destarte, compreende-se que o sentimento de pertença desenraizado desta população, está ligado à falta de relação deles com o lugar, da sociedade, da paisagem, da cultura, ou seja, não carregam mais um sentimento de afetividade por aquele local (BONEMAISSE, 2002).

Nessa análise, Koury (2001) traz uma percepção sobre o sentimento de pertencimento, que segundo ele ressurgiu como um alicerce da pessoa em relação ao lugar que vive, a saber: o idioma, aspectos culturais e sociais que fazem com que o indivíduo se fixe e se relacione. Descreve ainda este autor, que seria uma raiz formada no ambiente, que o faz ser do local e descobrir o outro, a partir de seu entendimento que emerge da origem.

De acordo com Tönnies (1973), a sociedade necessita que seus cidadãos se sintam partes do território comum, integrantes do espaço, proporcionando o sentimento de pertencimento que têm nas relações afetivas. Em decorrência disso, a questão torna-se difícil quando se pensa no restabelecimento destes indivíduos, uma vez que não basta lhes garantir uma moradia tão somente, mas é preciso pensar no resgate da sua dignidade.

Reforça esta concepção Tuan (1980, p. 05) ao destacar que a topofilia é um dos principais conceitos que se relaciona ao liame afetivo entre os seres humanos com o meio, pode ser “difuso como conceito, vívido e concreto como experiência pessoal”. Pontua também, que este sentimento está ligado ao amor e afeto que se tem do lugar, que é pertinente compreendê-lo, senti-lo e aceitá-lo.

É pertinente, no entanto mencionar que as percepções formuladas por Vieira, Bezerra e Rosa (2004), os quais compreendem que as pessoas que vivem nas ruas já não estabelecem mais projetos de vida, um desejo de ascensão na sociedade, até mesmo uma imagem positiva de si. Isso porque, na comunidade são vítimas do descaso e por isso, deixaram de possuir o valor intrínseco da vida e da dignidade da pessoa humana.

Identifica-se que a relação do sujeito com o lugar, desde a sua dimensão material e simbólica, traz influências no seu sentimento de pertença. Por isto, “o território é o chão e mais a população, isto é uma identidade, o fato, e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence” (SANTOS, 2000, p. 96).

A afetividade com o local, a percepção de raízes com o espaço, o processo de construção, estão ligados com a ideia do sentimento de pertença. Portanto, o processo de alterar e ser alterado pelo meio que cerca o sujeito pode gerar tanto o sentimento de pertença, quanto a identidade, que estabelecem uma apropriação dos moradores ao local, em seu aspecto subjetivo e na sua concretude (SILVA, 2013).

Além do sentimento de pertença, a população que vive nas ruas ainda tem um impacto em sua identidade, pela falta de uma moradia, documentação, laços familiares, redes de relacionamentos, até mesmo na esfera virtual, essas pessoas não carregam mais uma memória afetiva e histórica.

Estabelece Jorge (2010), que a ideia de pertencimento é compreendida como apropriação do lugar, com o enlace no espaço e a interação com o território. A identidade por sua vez, é fruto de um processo que vai se modificando à medida que vai ocorrendo o contato geográfico, social e político.

Andrade, Costa e Marquetti (2014) descrevem que o processo identitário vai acontecendo por meio das memórias e experiências de cada indivíduo, e vão sendo construídas conforme o contexto temporal e espacial inserido.

No cotidiano surge a identidade destes moradores de rua, que formam sua enunciação através da ação. E, assim, reconhecemos o sujeito forjado num território a partir de seus atos, sua identidade construída na rede das relações sociais, e permite-se a ele ocupar seu lugar simbólico. Neste mosaico de ações estabelecidas, através de fragmentos do cotidiano, forma-se um sujeito. É nesta história de ações sutis que descobrimos estes “sujeitos da rua” sendo construídos diariamente pelos seus gestos. (ANDRADE; COSTA; MARQUETTI, 2014, s/p).

Outrossim, a partir das experiências adquiridas por estes indivíduos, aos poucos vão se adaptando aos novos arranjos impostos, e desapropriando de suas memórias afetivas do passado e de suas redes de relacionamentos. Iniciam assim, uma jornada que vai impactando no seu modo de enxergar e percorrer os trilhos da vida.

Nessa perspectiva, Mattos e Ferreira (2004, p. 47), descreverem que a “constituição da identidade destas pessoas é conhecimento socialmente compartilhado e utilizado como suporte para a construção de suas identidades pessoais”. Isso ocorre porque as concepções intrínsecas lançadas pela sociedade em relação a esse grupo populacional, são percepções de pessoas desocupadas, portadores de vícios, vagabundos, perigosos, indigentes.

Sobre os processos identitários, nota-se uma construção dialógica e dialética do indivíduo inserido no corpo social, sendo um caminho que não é estático, mas sim de assimilações, apego e apropriações. Logo, o ser não está só, mas intrínseco a essa rede de pessoas na comunidade, o que contribui em seu aspecto interno, para a formação de sua identidade (ALCANTARA; ABREU; ARAÚJO, 2015).

Frangella (2004) descreve que os indivíduos de rua estão desconectados das relações sociais, e acabam criando sua própria realidade a partir da sua vivência pessoal. Ressalta ainda, que esses moradores estão desencaixados do fluxo da comunidade, não seguem as tradições identitárias comuns, estão desentrelaçados, tanto no aspecto social, quanto na esfera simbólica, e acabam tornando-se um problema e ameaça a normalidade social.

Com base na análise de Candau sobre memória e identidade, Matheus (2011) afirma que tanto a origem como o acontecimento são alicerces no que diz respeito a identidade. Essas âncoras, “funcionam como instrumentos que ratificam a filiação a certas identidades a partir da escolha dos fundamentos históricos a essas identidades”. (MATHEUS, 2011, p. 305).

Nota-se então, que a ruptura familiar e social enseja a quebra de valores, hábitos que desconstrói os processos identitários da população em situação de rua. Estes indivíduos quando estão imersos nesta realidade devastadora, precisam adquirir novos comportamentos, organizações, costumes, um novo estilo de vida, para sobreviverem a hostilidade encontradas na rua.

Reforça-se que neste processo, um indivíduo pode ter alterações na construção de sua identidade a depender do lugar, contexto, percepções, trocas, conflitos que o meio lhe proporciona. O morador de rua possui “condições de vida que a ida para as ruas impõe e gera sentimentos de vergonha. Para sobreviver esquecem seus próprios princípios, valores, crenças e singularidades” (PACKER, 2015, p. 73).

Portanto, a identidade não se constitui de maneira estática, mas sofre impacto tanto no aspecto pessoal como no espaço, à medida que vai ocorrendo as assimilações no território e no coletivo. A população de rua em sua construção de sentimentos e valores, muitas vezes tem uma percepção negativa pelo impacto do meio e da sociedade. Mattos (2004, s/p) pontua que: “sempre que nos referimos a essas pessoas, é comum automaticamente ocorrer a associação com a difundida figura de um indivíduo sujo, maltrapilho e aparência sórdida”.

Para este autor, isso nada mais soa como um discurso higienista que além de rotular e estereotipar o indivíduo, impõe-se associações e ideias equivocadas, uma vez que nem todas as pessoas que estão nas ruas se enquadram nessas concepções.

Diante de tudo isso, é salutar transcrever as ideias de Bauman (2005) o qual sugere em sua análise, que tanto o pertencimento como a identidade são volúveis, sendo que esta última advém do anseio de segurança do indivíduo. Sobre estes aspectos, Bauman (2005, p.17 - 18) complementa que:

Tornamo-nos conscientes de que o 'pertencimento' e a 'identidade' não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o “pertencimento” quanto para a 'identidade'. Em outras palavras, a ideia de “ter uma identidade” não vai

ocorrer às pessoas enquanto o 'pertencimento' continuar sendo o seu destino, uma condição sem alternativa.

A identidade e as experiências são moduladas por meio das relações sociais, em que as pessoas no compartilhamento das vivências se apropriam e adquirem novos hábitos. Este processo é dinâmico, e perpassa em cada realidade expressa pelo indivíduo. Diante do cenário caótico enfrentado pelas pessoas que vivem nas ruas, marcado pelo preconceito, pela humilhação, pela quebra dos vínculos, pela invisibilidade, pela rejeição, têm-se a ruptura social e a transformação dessas pessoas, em seus processos de pertencimento e identidade.

No entanto, para amenizar este quadro, algumas medidas normativas e ações públicas estão sendo implementadas, no intuito de acolher, promover cuidado e saúde e restabelecer na sociedade as pessoas que vivem nas ruas.

## **2.2 Medidas e ações em prol da população em situação de rua**

É cediço constatar que a Constituição Federal Brasileira (1988) preceitua como um dos princípios basilares do Estado Democrático de Direito - o princípio da dignidade da pessoa humana, além de assegurar o exercício de direitos, liberdade, segurança e valorar a igualdade e a justiça de modo a alcançar uma harmonia social. A partir desta premissa, ressalta-se que as pessoas que vivem em situação de rua não gozam desta realidade legislativa, por estarem privadas de direitos e condições mínimas e dignas de vida.

Na assertiva de Guerra e Emerique (2006, p. 385,) quando descrevem sobre o princípio da dignidade da pessoa humana, comentam que; - “encontra-se no epicentro da ordem jurídica brasileira tendo em vista que concebe a valorização da pessoa humana como sendo razão fundamental para a estrutura de organização do Estado e para o Direito”. Pontuam ainda, que este princípio é a base da República, um dos pilares essenciais na organização do país.

Soares (2010) estabelece que o princípio da dignidade da pessoa humana, engloba muitos outros valores, princípios e regras, sendo essencial na sociedade, pois concretiza os direitos fundamentais estipulados na Magna Carta, e atinge todas as esferas. Observa-se, portanto, que antes mesmo de ser compilado no ordenamento jurídico, este princípio nasce da própria existência do ser, que transpassa o tempo.

O princípio da dignidade da pessoa humana é o fundamento do Estado Democrático de Direito, por isso, deve balizar todas as ações e políticas públicas, em prol de garantir a efetividade para o cidadão.

Em face disso, é salutar verificar que mesmo em detrimento do arcabouço legislativo, diretrizes e princípios com a finalidade de promover o bem estar social e garantir uma dignidade, observa-se que ainda persiste a degradação do indivíduo em muitas áreas. Sob este aspecto, é notório que o princípio da dignidade da pessoa humana se confronta com a realidade vivenciada por muitos brasileiros, uma vez que:

No Brasil, esse princípio constitucionalmente expresso convive com sub homens empilhados sob viadutos, crianças feito pardais de praça, sem pouso nem ninho certos, velhos purgados da convivência das famílias, desempregados amargurados pelo seu desperdício humano, deficientes atropelados em seu olhar sob as calçadas muradas sobre a sua capacidade, presos animalados em gaiolas sem porta, novos metecos errantes de direitos e de Justiça, excluídos de todas as espécies, produzidos por um modelo de sociedade que se faz mais e mais impermeável à convivência solidária dos homens. (ROCHA, 1999, p. 25.)

Percebe-se que mesmo diante deste ideal constitucional, o Brasil ainda enfrenta problemas estruturais, seja na questão econômica, no aspecto social, político, cultural, que gera desigualdades, exclusão, e a vulnerabilidades de muitos grupos. Dessa forma, o princípio da dignidade da pessoa humana não atinge a sua completude, não cumpre o seu papel diante da realidade vivida por muitos brasileiros.

Quando se refere à população em situação de rua, observa-se uma abstenção da concretização deste princípio, pois estes indivíduos estão completamente privados de uma qualidade mínima de vida e não gozam dos direitos estendidos aos cidadãos. Ainda que existam projetos e ações em prol de promover uma assistência, verifica-se que estão à margem dos acontecimentos sociais, e não estão contemplados com o que consagra o princípio em questão.

Nesse contexto, revela-se que a realidade brasileira também se confronta com os chamados direitos sociais previstos no artigo 6º da Constituição Federal Brasileira (1988), que foram criados para garantir uma qualidade de vida, e minimizar a vulnerabilidade e mazelas existentes, estabelecendo no referido artigo que:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 1988).



É notório pois, que as pessoas que estão em situação de rua representam uma parcela da sociedade que não usufruem destes direitos sociais, de uma boa qualidade de vida. A questão se insurge como uma contradição aos comandos normativos, pois este grupo “ainda vivencia inúmeras situações de privação, violência, miséria, inutilidade social e constitui, portanto, um desafio para as políticas públicas sociais” (PAIVA *et al.*, 2016, p. 2596).

Este desafio perdurou por muito tempo, e foi sendo aplacado somente após o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) que teve o intuito de minimizar o quadro de violência e privação de direitos a este grupo. Contudo, ainda foram criadas políticas voltadas somente com o foco no assistencialismo e em ações higienistas, tentando resolver o problema e não restabelecer o sujeito ao convívio social. (BRASIL, 2014).

No entanto, este panorama começou a ter um novo enfoque, após 2009, quando o governo federal instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua e criou o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, por meio do Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009.

Com relação ao Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua, revela-se como um ganho expressivo para este grupo, uma vez que visa promover diálogos e melhorias, possuindo como atribuições:

Acompanhar e monitorar o desenvolvimento da Política Nacional para a População em Situação de Rua; propor medidas que assegurem a articulação intersetorial das políticas públicas federais para o atendimento da População em Situação de Rua; propor formas e mecanismos para a divulgação da Política Nacional para a População em Situação de Rua; acompanhar os estados, o Distrito Federal e os municípios na implementação da Política Nacional da População em Situação de Rua, em âmbito local; e elaborar planos de ação periódicos com o detalhamento das estratégias de implementação da Política Nacional para a População em Situação de Rua, especialmente quanto a metas, objetivos e responsabilidades. (BRASIL, 2014, p. 16).

Quanto ao Decreto nº 7.053, verifica-se que a Política Nacional para a População em Situação de Rua, ora - PNPSR - dispõe sobre princípios, diretrizes e objetivos. Em seu artigo 5º do referido decreto, destaca-se que os princípios que devem ser assegurados a este grupo, são: o princípio da equidade, igualdade, respeito à dignidade da pessoa humana, valorização e respeito a vida e a cidadania, direito a convivência familiar e comunitária. Identificou-se ainda neste decreto que estabelece o atendimento humanizado e universalizado, o cumprimento das condições sociais e diferenças de origem, raça,

idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, em especial as pessoas com deficiência (BRASIL, 2009).

Com relação às diretrizes, o Decreto, ainda prevê no artigo 6º, a promoção dos direitos políticos, civis, culturais, econômicos, sociais, além da responsabilidade do poder público, e a articulação dos entes federais. Também, firma o compromisso da sociedade civil na elaboração, monitoramento e acompanhamento das políticas públicas, e o respeito as particularidades de cada local, além da aplicação dos recursos, ações educativas e democratização do acesso a estes moradores (BRASIL, 2009).

O artigo 7º da PNPSR, dispõe a respeito dos objetivos a serem garantidos, que é assegurar de uma forma simplificada os serviços e programas de políticas públicas como: educação, saúde, previdência, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho, renda. Este mesmo artigo contempla também, a capacitação de gestores e profissionais para atenderem as pessoas em situação de rua, além de realizar a contagem oficial de quantas pessoas vivem nestas condições, e, ainda, instituir centros de defesa dos direitos humanos (BRASIL, 2009).

Quanto à questão da saúde, foi criado o Plano Operativo para Implementação de Ações em Saúde da População em Situação de Rua, que definiu por meio da Resolução nº 2, de 27 de fevereiro de 2013, alguns eixos e estratégias. Dentre estes, estão a capacitação de profissionais da saúde e de equipes de urgência e emergência para atender estes indivíduos em suas necessidades de saúde e ainda para o controle e tratamento de doenças infecciosas. (BRASIL, 2014).

Ademais, outro ponto importante previsto no decreto, é a respeito da disponibilização e divulgação de canais de comunicação para o recebimento de denúncias de violência contra esses indivíduos, e sugestões no intuito de melhorar as políticas públicas em prol deste grupo. Inclusive, prevê programas de qualificação profissional para este segmento, com objetivo de ingressarem no mercado de trabalho (BRASIL, 2009).

A PNPSR no seu artigo 15 estabelece sobre a Secretaria Especial dos Direitos Humanos que instituiu o Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos para este grupo, e visa resguardar os direitos, como:

- I - Divulgar e incentivar a criação de serviços, programas e canais de comunicação para denúncias de maus tratos e para o recebimento de sugestões para políticas voltadas à população em situação de rua, garantido o anonimato dos denunciantes;
- II - Apoiar a criação de centros de defesa dos direitos humanos para população em situação de rua, em âmbito local;

- III - Produzir e divulgar conhecimentos sobre o tema da população em situação de rua, contemplando a diversidade humana em toda a sua amplitude étnico-racial, sexual, de gênero e geracional nas diversas áreas;
- IV - divulgar indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a população em situação de rua para subsidiar as políticas públicas; e
- V - pesquisar e acompanhar os processos instaurados, as decisões e as punições aplicadas aos acusados de crimes contra a população em situação de rua (BRASIL, 2009).

Outrossim, a Política Nacional para a População em Situação de Rua, ainda estipula no artigo 4º que: - “o Poder Executivo Federal poderá firmar convênios com entidades públicas e privadas, sem fins lucrativos, para o desenvolvimento e a execução de projetos que beneficiem a população em situação de rua”. Assinala-se a relevância que as entidades privadas possuem no trabalho perpetrado com os moradores de rua, realizando ações em prol de melhorias a estes indivíduos no intuito de se restabelecerem na coletividade.

Dentre estas entidades, destaca-se a Associação de Apoio à População em Situação de Rua São Francisco de Assis, conhecida como Casa de Apoio aos Moradores de Rua, localizada na cidade de Campo Grande - MS. A seguir será retratada sua criação, estrutura, funcionamento e finalidade, tanto para as pessoas que estão neste contexto, quanto ao processo do desenvolvimento local.

### **3 ASPECTOS GERAIS DA CASA DE APOIO A POPULAÇÃO DE RUA SÃO FRANCISCO DE ASSIS**

O Decreto nº 7.053 estipula parcerias de entidades públicas e privadas para desenvolver projetos em prol de melhorias na qualidade de vida e restabelecimento das pessoas que vivem em situação de rua. Dentre essas entidades, o foco deste trabalho é abordar sobre a Associação de Apoio à População em Situação de Rua São Francisco de Assis, conhecida como Casa de Apoio aos Moradores de Rua.

A Associação de Apoio à População em Situação de Rua São Francisco de Assis, designada pela sigla APSF, foi fundada em 02 de maio de 1997 como uma Organização de Sociedade Civil- OSC, sendo uma associação civil, autônoma e sem fins lucrativos. A associação é considerada uma Utilidade Pública Estadual por meio da Lei 23 de 13/11/1979 e o Decreto nº 1088 de 12/01/1981 e de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 3.637 de 02/07/1999.<sup>8</sup>

A ideia de construir esse local partiu de paroquianos da Paróquia São Francisco de Assis, mas a iniciativa se deu pelo esposo da presidente da Casa de Apoio, Maria Luiza Serrou dos Santos. A Casa está situada à Rua Monte das Oliveiras, nº 113, loteamento Center Park, no bairro Conjunto Residencial Estrela do Sul, na cidade de Campo Grande, estado de Mato Grosso do Sul.

Na constituição, zelando pelo bem-estar e segurança, a Casa deveria ser diferenciada entre o público masculino e feminino, considerando a identidade biológica e social do sujeito. Contudo, desde a criação, a Casa de Apoio tem acolhido somente homens que estejam em situação de rua, apresentando estado de dependência química, alcoolismo, portadores de doenças contagiosas e deficientes mentais, mas essa realidade irá mudar uma vez que já está sendo construída uma ala para atendimento às mulheres nestas condições.

Em relação à finalidade da Casa de Apoio, é o desenvolvimento social, a promoção de atividades e ações em prol das pessoas em situação de rua em suas múltiplas demandas, nas áreas de: educação, saúde, esporte, lazer, cultura, assistência social e formação profissional. Quanto ao objetivo é o acolhimento e suporte às necessidades destes indivíduos, de caráter temporário, com foco no desenvolvimento social,

---

<sup>8</sup> Dados extraídos do Estatuto Social da Associação de Apoio à População em Situação de Rua São Francisco de Assis

fortalecimento dos vínculos interpessoais e familiares, dando oportunidades para que construam projetos de vida.

A Casa de Apoio tem a incumbência de oferecer atendimento e orientação, além do encaminhamento a outros serviços e órgãos que possam promover a construção da autonomia e integração na sociedade, sendo um lugar que possibilita o indivíduo ter um descanso, alimentação, provisão de documentos civis e segurança.

O objetivo da Casa é o de resgatar os interesses dessas pessoas, seus direitos fundamentais e combater a discriminação coletiva ou individual, com o intuito de promover os valores universais como: - a paz, a ética, a cidadania, tendo relevância pública e social.

Quanto ao público alvo, a Associação atende pessoas maiores de 18 anos, e inferiores a 60 anos, sendo um caráter excepcional o acolhimento ao idoso. Desde a sua criação, a Casa de Apoio já realizou trabalhos com aproximadamente 14.400 mil pessoas em situação de rua, e faz em torno de 30 atendimentos diários, mudando realidades de muitos indivíduos que se encontravam em situação de rua.

A Associação de Apoio acolhe pessoas em situação de rua, sendo três principais causas que levam estes indivíduos a procurarem a Casa: - a falta de trabalho, dependência em drogas ou álcool e problemas de saúde. A permanência no espaço é de forma temporária, sendo que no primeiro caso a pessoa fica em torno de 2 a 3 meses; na segunda condição de 3 a 6 meses e no último fator não há um prazo específico, e apenas um morador da casa reside de maneira definitiva, pois foi vítima de espancamento e não têm vínculos familiares.

Essas pessoas que chegam até a Associação ou são por indicação de outras pessoas que já residiram ali, ou também por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social que disponibiliza o Serviço Especializado em Abordagem Social-SEAS, que realiza uma busca nas ruas e aproximação com essas pessoas, encaminhando esses moradores aos serviços públicos, ou por meio do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop).

Quanto à capacidade, o espaço comporta em torno de 40 pessoas, e conta com o apoio da diretoria e 11 funcionários, sendo: um coordenador, uma psicóloga, uma assistente social, uma nutricionista, duas cozinheiras, quatro cuidadores e um motorista.

O imóvel em que fica a Casa foi cedido pelo município para a realização do trabalho, e parte dos recursos provém de um repasse mensal do poder público de um valor, mas, a casa também recebe doações provenientes de eventos beneficentes e de instituições

religiosas. A Associação realiza um relatório mensal do demonstrativo dos gastos, como forma de prestar contas, e posteriormente encaminha ao órgão competente do município para o controle.

O intuito da casa em uma primeira abordagem é oferecer abrigo, cuidado, alimentação, e realizar o atendimento inicial. Posteriormente, se este indivíduo chegou ao local por falta de trabalho, é encaminhado para a FUNSAT, ou se possui dependência química é levado ao Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPSAD), se necessita de tratamento médicos é dirigido a uma unidade de saúde.

Nesta abordagem inicial, é realizada uma triagem, em que se verifica como está a sua condição, se é residente em Campo Grande, se tem documentos pessoais, se necessita de tratamento de saúde, se ainda tem contato com familiares, se possui alguma doença, se precisa de passagem para retornar para a sua cidade de origem, se tem carteira de trabalho, dentre outras. Também, os funcionários orientam esse indivíduo a respeito das regras do local, e a partir disso, ele já se instala na casa.

### **3.1 Estrutura**

A Casa de apoio apresenta-se bem estruturada. As imagens 1 a 11, mostram a estrutura da Casa de Apoio, seus compartimentos e a função de cada local.

**Imagem 1** – Local de entrada da Casa de Apoio



**Foto:** Suellen Alencar Rufino da Silva/2021

**Imagem 2** – Fábrica de fraldas desativada. Atualmente utilizam como depósito



**Foto:** Suellen Alencar Rufino da Silva/2021

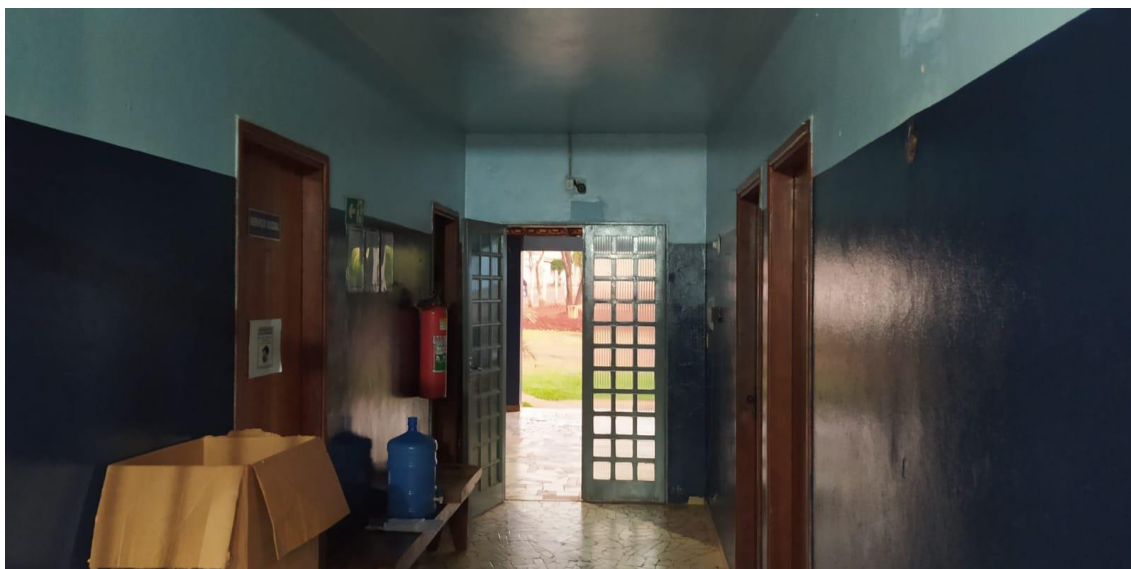
**Imagem 3** – Construção de um local para abrigar o público feminino



**Foto:** Suellen Alencar Rufino da Silva/2021



**Imagem 4** – Salas de Atendimento



**Foto:** Suellen Alencar Rufino da Silva/2021

**Imagem 5** – Refeitório



**Foto:** Suellen Alencar Rufino da Silva/2021

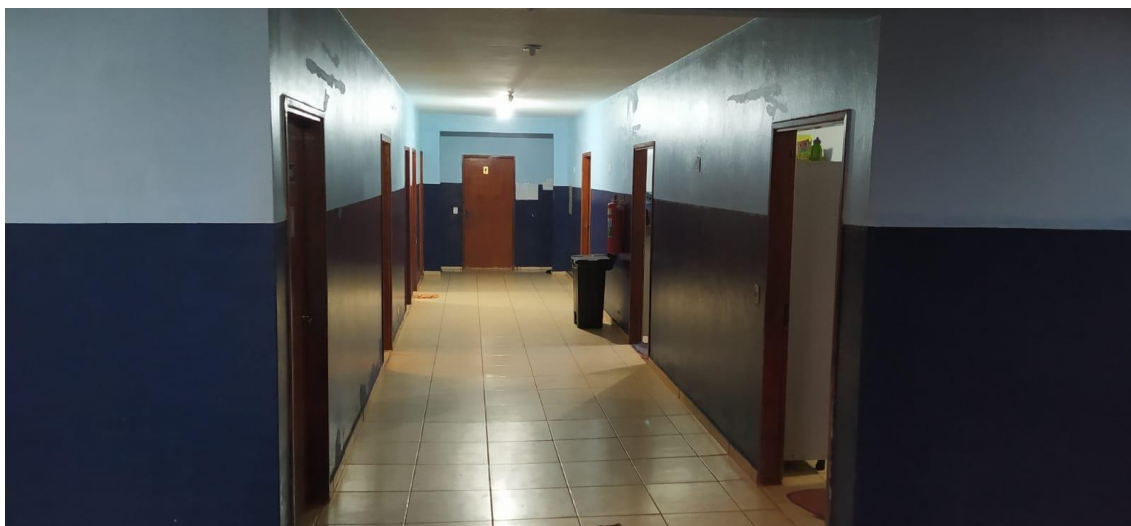


**Imagem 6** – Igreja construída por um antigo morador da Casa



**Foto:** Suellen Alencar Rufino da Silva/2021

**Imagem 7** – Dormitórios



**Foto:** Suellen Alencar Rufino da Silva/2021

**Imagem 8 – Lavanderia**



**Foto:** Suellen Alencar Rufino da Silva/2021

**Imagem 9 – Cozinha**



**Foto:** Suellen Alencar Rufino da Silva/2021

**Imagem 10** – Local de observação para abrigar pessoas com suspeitas de doenças infectocontagiosas



**Foto:** Suellen Alencar Rufino da Silva/2021

**Imagem 11** – Horta e cultivo



**Foto:** Suellen Alencar Rufino da Silva/2021

Verifica-se que a Casa de Apoio à População em Situação de Rua São Francisco de Assis possui relevância para a cidade de Campo Grande, e no processo de transformação do desenvolvimento local, uma vez que visa restabelecer de maneira integral este morador, seja no aspecto de sua saúde, dos vínculos familiares, e apoio em

sua inserção no mercado de trabalho. Além disso, tem por finalidade recuperar sua dignidade, e integrá-lo à sociedade, com o fim de resgatar o seu sentimento de pertença.

É notório que a Casa de Apoio tem o papel fundamental no processo de desenvolvimento humano, dando oportunidades para que esses moradores voltem a serem participantes desta construção de sua comunidade. Com isso, no contexto social, não serão mais encarados como meros objetos, mas sim, vistos como agentes de transformação na perspectiva do desenvolvimento local.

### **3.2 A relação da Casa de Apoio com as perspectivas do Desenvolvimento Local**

Como visto, a Casa de Apoio à População em Situação de Rua São Francisco de Assis tem contribuído na perspectiva do desenvolvimento local, uma vez que gera oportunidades para o indivíduo que está neste contexto de rua. Estas oportunidades surgem da parceria com o município, com entidades religiosas, instituições, e alguns setores da sociedade que têm propiciado a integração dessas pessoas na comunidade, além do resgate do sentimento de pertença e da identidade.

Os arranjos das instituições locais e da Casa de Apoio, em um primeiro momento fornece acolhimento e suporte para essas pessoas e, posteriormente, o objetivo é a reinserção na coletividade, para que esses indivíduos saiam da margem social, da invisibilidade, da exclusão, e se tornem atores do meio, isto é, participem das ações do local. Assim, viabiliza reduzir as desigualdades e a vulnerabilidade que este grupo enfrenta em seu cotidiano.

Sob essa ótica, faz-se essencial entender o processo do desenvolvimento local, e de início vislumbra-se apresentar os conceitos de desenvolvimento e de local a partir da perspectiva de Ávila *et al.* (2001).

Para Ávila *et al.* (2001, p. 77) quando se aborda o conceito de desenvolvimento, verifica-se que o indivíduo deve ser visto como o alvo, e deve ser analisado como sujeito de transformação, e não propriamente como objeto, “envolvendo sua ativa e construtiva relação ecossistêmica com tudo o que compõe a localidade”.

Em um outro aporte, Ávila *et al.* (2001, p. 77) assinalam que:

No processo de desenvolvimento, o alvo central é o ser humano como artesão do seu êxito ou fracasso, pois se requer que cada um, ao se tornar responsável pelo seu próprio progresso, de toda ordem e em todas as direções, influencie o seu entorno como fonte irradiadora de mudanças, de evolução cultural, de

dinamização tecnológica e de equilibração meio ambiental. Portanto não se obtém desenvolvimento sem que visualize o homem, à luz da hierarquia de valores, em sua integridade como pessoa humana, membro construtivo de sua comunidade e agente de equilíbrio em seu meio geofísico.

Percebe-se que cada indivíduo tem o seu devido papel dentro da sociedade, e deve ser enxergado como o centro, como um agente de transformação no lugar em que está inserido, uma vez que o desenvolvimento só é construído a partir do envolvimento do ser humano com o meio.

Nesta análise, Ávila *et al.* (2001) pontuam que a lógica do desenvolvimento está alinhada de duas formas, a social e a econômica. Enquanto a social potencializa os indivíduos para serem sujeitos da área econômica, esta proporciona uma instrumentalização ao alavancamento do âmbito social. O resultado disso, acarreta as dimensões da tangibilidade do ser humano nos diferentes aspectos, tais como: - no trabalho, na segurança, na moradia, no lazer, na cultura, na salubridade, entre outros. Quando se refere ao local é encarado muitas vezes como território, comunidade, espaço, identidade, potencialidade.

Em face de tais concepções iniciais, passa-se a analisar o conceito de desenvolvimento local. De acordo com Muls (2008, p. 3) o desenvolvimento local se refere à “mobilização dos atores locais, à formação de redes entre organismos e instituições locais e a uma maior cooperação entre empresas situadas em um mesmo território”. Permite-se, pois, minimizar as desigualdades sociais, além de promover melhorias nos modos de produção, além, de instrumentalizar as instituições sociais, políticas e econômicas.

O desenvolvimento local emerge a partir de atributos e oportunidades mediante um crescimento econômico, sendo um processo de construção de toda a coletividade. Em face disso, quando se refere ao local deve-se analisar não somente a questão do espaço em si, da restrição geográfica, mas também dos arranjos sociais dos indivíduos e setores. (FREITAS; FREITAS, 2013)

Sobre o conceito de desenvolvimento local, Ávila *et al.* (2001, p.68 e 69) revelam que:

[...] o 'núcleo conceitual' do desenvolvimento local consiste no efetivo desabrochamento -a partir do rompimento de amarras que prendam as pessoas em seus status quo de vida- das capacidades, competências e habilidades de uma 'comunidade definida' (portanto com interesses comuns e situada em [...]) espaço territorialmente delimitado, com identidade social e histórica), no sentido de ela mesma -mediante ativa colaboração de agentes externos e internos- incrementar a cultura da solidariedade em seu meio e se tornar paulatinamente apta a agenciar discernindo e assumindo dentre rumos

alternativos de reorientação do seu presente e de sua evolução para o futuro aqueles que se lhe apresentem mais consentâneos) e gerenciar (diagnosticar, tomar decisões, agir, avaliar, controlar, etc.).

Este mesmo autor, retrata também, que o desenvolvimento local ainda busca por resultados e soluções plausíveis para as questões que se desenrolam na comunidade. No mais, aborda que o desenvolvimento local não pode ser visto como algo limitado a educação e ao ensino, mas como uma estratégia de desenvolvimento endógeno em todos os âmbitos, até à referência na formação da cidadania e da consolidação da nação. Nessa perspectiva, o desenvolvimento local, tem que ser encarado como um aspecto democrático, com enfoque em uma evolução do padrão de vida interno e externo de toda a comunidade (ÁVILA *et al.*, 2001).

No entanto, compreender este processo do desenvolvimento local e a concretude da vida humana, é também identificar em quais pontos a sociedade tem falhado em garantir que tais aspectos se materializem a todos, uma vez que uma parcela da população deixou de ser sujeito deste processo de transformação, e passou a ser mero objeto. Em relação a isso, percebe-se que o segmento populacional denominado população em situação de rua, se enquadra nisso, uma vez que deixaram de ser atores sociais.

Por isso, deve-se cada vez mais buscar concretizar os arranjos locais, e promover a inserção deste grupo na coletividade, seja conferindo oportunidades de trabalho, seja restabelecendo sua saúde física e psíquica, dando acesso a moradia, dentre outros. Dessa forma, o desenvolvimento local objetiva melhorar a qualidade de vida das pessoas e combater as desigualdades do meio.

Nessa perspectiva, Martins (2002, p. 51) aponta que o desenvolvimento local é na verdade, um evento “*sui generis*, resultante do pensamento e da ação à escala humana, que confrontam o desafio de enfrentar problemas básicos e alcançar níveis elementares e autorreferenciados de qualidade de vida na comunidade”. Este autor descreve ainda, a importância da participação de cada indivíduo neste processo de desenvolvimento.

Nesta sistemática, Fragoso (2005, p. 64), ao comentar sobre o conceito de desenvolvimento local, retrata que:

apenas superficialmente diríamos que se trata da possibilidade de as populações poderem expressar uma ideia de futuro num território visto de forma aberta e flexível, onde esteja ausente a noção do espaço como fronteira, concretizando ações que possam ajudar à (re)construção desse futuro. Os seus objetivos mais óbvios seriam promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas, bem como aumentar os seus níveis de autoconfiança e organização.



Pontua-se também, que é necessário refletir dentro dessa perspectiva do desenvolvimento local, o indivíduo como centro dessas ações e processos, bem como na promoção de meios criativos. Pensar sob a ótica do desenvolvimento local, é investir em ações que visem transformar o meio e a comunidade.

No processo de desenvolvimento, Ávila (2006) estabelece que ocorre um fenômeno que vai de dentro para fora em uma comunidade, isto é, o indivíduo deve estar na condição de ator, participar nesta transformação e não estar alheio a essas mudanças. Há, pois, o envolvimento da pessoa, da comunidade, além de repercutir nos setores locais e globais.

Revela-se então que o desenvolvimento local é uma proposta que permite vislumbrar um local em ascensão, que desperte nos indivíduos e na comunidade se desenvolver cultural, econômica e social. Assim, “a comunidade mesmo desabrocha suas capacidades, competências e habilidades de agenciamento e gestão das próprias condições e qualidade de vida”. (ÁVILA *et al.*, 2001, p.72).

O desenvolvimento local deve expressar a atuação das constituições sociais, mediante a participação dos atores locais, no intuito de alavancar as potencialidades e capacidades de cada ser humano. Nesse progresso social, deve-se atentar para todos os grupos, vislumbrar como alvo central neste desenvolvimento, e isso inclui a população em situação de rua.

A Associação de Apoio a População em Situação de Rua em parceria com o município e instituições locais tem o escopo justamente de restabelecer os indivíduos que se encontram nesta condição para promover a qualidade de vida a essas pessoas.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 4.1 Processos metodológicos e coleta de dados

Para o presente tópico, antes de abordar sobre o caminho perseguido para alcançar os resultados deste estudo, faz-se necessário de maneira prioritária perpassar sobre alguns aspectos da Metodologia Científica. Verifica-se, que este conjunto de processos são essenciais na construção do cientista, uma vez que oferece subsídios para capacitá-lo e formar sua personalidade científica. Mediante esta ferramenta, viabiliza seu espírito crítico, o trajeto almejado, a criatividade, além de potencializar o trabalho a ser desenvolvido. (FONSECA, 2009).

Dessa forma, para uma clara compreensão do que vem a ser método, ciência e metodologia, faz-se necessário a elucidação dos conceitos. Para Rampazzo (2005) o método é um conjunto de processos ordenados a serem seguidos a fim de alcançar a verdade ou um determinado resultado, sendo a metodologia, em sua origem grega, como o estudo do método.

Já o termo ciência, designa em um primeiro momento no seu sentido mais amplo, como tomar conhecimento sobre algo. Posteriormente, afunilou para um sentido mais restrito, qual seja, ``o conjunto de conhecimentos precisos e metodicamente ordenados em relação a determinado domínio do saber``. (RAMPAZZO, 2005, p. 13).

Por fim, a metodologia científica consiste em uma disciplina que trilha o caminho, mediante normas que devem ser pautadas na pesquisa científica. De acordo com Mattar Neto (2017), a metodologia científica engloba uma série de procedimentos operados no âmbito acadêmico/científico, no qual busca atingir os objetivos e resultados propostos.

Após a elucidação inicial dos conceitos, para o presente trabalho, no que se refere ao método, seguem-se alguns processos para obtenção dos dados e posteriores resultados. Foram feitas entrevistas na Casa de Apoio à População de Rua por meio de relatos com enfoque nos âmbitos profissionais, pessoais, familiares e sociais. Esses dados colhidos, tiveram o intuito de retratar a realidade e significados vivenciados pelos sujeitos de observação, e como essas experiências se entrelaçam com o desenvolvimento local.

As entrevistas foram conduzidas mediante um roteiro preestabelecido, com perguntas relacionadas ao modo de vida, a situação de rua, aos vínculos afetivos, vícios e doenças e o significado da Casa para o morador, dirigente e na sociedade. Assim, as



entrevistas foram semiestruturadas, e ocorreram nos dias 27 e 28 de setembro de 2021 e realizadas na Casa de Apoio.

Durante a coleta de dados, para obter melhor precisão e fidelidade, as entrevistas foram gravadas por meio de aplicativo de gravação do celular, com o consentimento dos sujeitos e após assinatura do Termo de Autorização dos Entrevistados. Posteriormente, essas gravações foram transformadas em texto e registradas para compor o estudo.

Em relação aos participantes da pesquisa, foram selecionados três moradores da Casa de Apoio e dois dirigentes, sendo a presidente e fundadora da Casa e o coordenador. Isto posto, a seguir serão evidenciados os relatos dos sujeitos, em um primeiro momento com a descrição dos dirigentes e após com as vivências dos moradores do local.

#### **4.2 Relatos dos sujeitos observados**

A primeira entrevista foi direcionada a presidente e fundadora do local, e consistiu nas seguintes indagações:

Como surgiu a ideia da Casa?

Como você enxergava as pessoas em situação de rua hoje?

Na sua visão, o que a Casa de Apoio representa para as pessoas em situação de rua que estão na Casa de Apoio, ou as que já passaram por ela?

Para você, como está sendo a experiência de trabalhar com pessoas em situação de rua?

#### **Entrevista 1- Presidente e fundadora da Casa de Apoio**

“Vinte e quatro anos atrás. Deus sabe melhor do que eu, porque Ele quando manda uma pessoa fazer algo você faz. Na época havia um morador de rua deitado ficando na frente, quase na frente da nossa casa, em um colchão só de espuma, muito doente e ele ia na frente da minha casa capinar pra ganhar um prato de comida e a gente se preocupou muito com ele, e queria ajuda-lo e não sabia como, e lá na Paróquia São Francisco também coincidiu que um monte de morador de rua ficava lá pedindo, pedindo tudo né? Aí o padre lá muito religioso, falou comigo e com meu marido, o que nós podíamos fazer pra eles, e a gente fez uma reunião com a comunidade e resolvemos, sem dinheiro está difícil né, fazer uma um churrasco e um churrasco conseguimos dois mil reais naquela época que pra nós era muito. Aí olhamos pra aquele que estava à frente da nossa casa, recolher pra dentro de casa não dá porque a gente não conhecia, colocar no hotel também ia acabar com o dinheiro, resolvemos alugar uma casa, aí aonde nós

começamos. Começamos a cuidar daquele senhor que estava muito doentinho e levamos outros que estavam em frente a igreja e de lá nós começamos. E o Senhor foi a frente, nosso Deus, né? iluminando o que deveríamos fazer. Lá nessa casa era uma casa pequena, capacidade para quatorze pessoas. Nós não tínhamos funcionário, e vimos a necessidade de uma pessoa pra contratar, contratamos o primeiro gerente, aí o primeiro gerente, aí começou, aí teve gente assistente social, aí vocês tem que ter documentação vocês tem que fazer isso nos orientou lá na igreja a gente a pedir ajuda todo mundo correspondia, no início era fogão estragado, cama estragada, essas coisas, e foi e foi, e nós fomos caminhando, e Deus ilumina os caminhos e vai conduzindo até que, e porque nós iniciamos foi Deus quem mandou que a gente iniciasse, Deus não gostava de morador de rua, mendigo. ``

``Eu julgava igual muita gente julga, o primeiro mendigo, eu estou falando que é pejorativo, foi esse que eu conversei, e a partir daí a maneira de pensar começou a mudar. Quem somos nós para julgar alguém, eles são seres humanos que estão aí, o porque só Deus sabe, existe vários fatores pra eles chegarem nesse estado, o que aconteceu, só que é um ser humano, o ser humano é filho de Deus, todos nós, acho que não merece ficar nessa situação de rua, tão cometido ao sofrimento, humilhado, sem futuro, sem nada, desesperado, eu acho que nós como seres humanos e cristãos temos que olhar quem somos nós para julgar, e porque, só Deus sabe.``

``É um porto seguro, a última cartada, uma luz, que eles pegam pra ver se conseguem sair dessa situação, é o que significa a gente aqui, pra eles, muitos deles querem sair, e pega aqui a Casa de apoio como a última oportunidade da vida dele e consegue, mas tem uns que ficam muito tempo na rua e usa drogas, álcool, e infelizmente não querem sair da rua ou recaem, eles nos veem assim como pessoas que não criticam, não julgam, simplesmente nós o amamos.``

``Vale a pena, a gente vê a pessoa muito mal, e de repente vai melhorando e bem e começa a sorrir a ter um objetivo, uma perspectiva na vida, é muito gratificante, fazer o bem, faz bem, é dizer o céu é aqui, isso aí, essa graça que Deus entrega pra nós de dizer assim, ele saiu das ruas, ele está bem, ele conseguiu, e nós fomos a ponte, o instrumento de Deus, é muito gostoso, não precisa de dinheiro, o dinheiro não leva a nada, somente essa alegria de fazer o bem``.

A seguir foi realizada entrevista com o coordenador do local, e consistiu nas seguintes indagações:

Há quanto tempo trabalha na Casa de Apoio?

Como é a experiência de trabalhar com pessoas em situação de rua?

Na sua visão, o que a Casa de Apoio representa para as pessoas em situação de rua?

## **Entrevista 2- Coordenador da Casa de Apoio**

``Hoje eu estou com sete anos de casa. Iniciei como cuidador certo, aí com o decorrer do tempo a mulher que era a coordenadora se aposentou e passou pra mim e já estou como coordenador tem uns três anos. ``

``No início eu fiquei meio receoso, porque eu nunca tinha trabalhado na área e tal, cheguei até e falei caramba, na hora que eu entrei aqui e vi como era, eu já fiquei mais tranquilo, porque querendo ou não, toda a sociedade vê o morador de rua como uma pessoa tipo uma pessoa má, tipo porque esse cara está assim, entendeu, algo ele fez, e eu tinha esse pensamento, até que eu vim aqui. Com o decorrer do tempo eu fui vendo que não era aquilo que eu pensava, tanto que não hoje em dia, mas a gente acaba que vai criando vínculo com os meninos, eu falo meninos neh, a gente cria amizade e outra que você vai conhecendo todo mundo, tanto que aonde eu passo todo mundo oi Wender, aí eu vou, paro, converso, brinco, aí pego e vou embora. Eu acho gratificante, tipo eu acho muito legal, o mais legal é tipo quando a pessoa sai bem e você vê que a pessoa sai realmente recuperada daqui, porque querendo ou não a dependência é muito pesada, é muito complicada, você vê que a pessoa fala pô Wender eu tô bem, eu tô legal, olha desde quando eu estou aqui eu nunca mais usei, e não estou com vontade, agora vai, tipo isso é legal e o mais legal ainda é quando a pessoa sai passa um tempo ela volta aqui e fala olha tô bem ainda, tipo isso é bem legal, hoje mesmo veio um rapaz que passou aqui a uns dois anos atrás, ele estava com início de pancreatite devido ao alcoolismo, hoje ele está trabalhando na construção civil pelo município e mexendo com asfalto essas coisas e está super bem.``

``Como esperança, uma luz no fim do túnel, eu vejo assim, porque a pessoa quando está na rua, ela está sem esperança nenhuma, ela já sofre do abandono familiar, a rejeição, o preconceito, o pré-conceito na verdade. Eu vejo como esperança``.

Verifica-se que ao analisar as entrevistas com as pessoas que são dirigentes da Casa, percebe-se um ponto em comum, que se refere a uma mudança de paradigma na maneira de pensar e enxergar a pessoa que vive em situação de rua. Ambos entrevistados relataram que tinham um olhar de julgamento, mas que a medida que foram trabalhando com essas pessoas, começaram a ver esse outro lado do ser humano, que era igual a eles, merecendo respeito, dignidade e acolhimento.

É interessante observar também por meio dos relatos, uma percepção que se diferenciou entre os entrevistados, que foi descrito na maneira como cada um ingressou no trabalho com essas pessoas. A presidente tomou a iniciativa e fundou a Casa de Apoio a partir da experiência que teve com uma pessoa em situação de rua. Logo, quando iniciou a Casa já havia tido uma percepção anterior sobre essas pessoas, enquanto que, o coordenador começou a trabalhar e obteve essa vivência com esses moradores somente dentro da Casa, após ter sido contratado como cuidador, tendo essa percepção posteriormente.

Após as entrevistas com os dirigentes, seguiu-se um cronograma sendo realizadas entrevistas com três moradores do local, ora denominados: - M1, M2, M3.

A entrevista com o morador denominado M1, consistiu nas seguintes indagações: Como você veio para a Casa de Apoio?

Antes de chegar na Casa, você estava em situação de rua?

Como está sendo sua experiência na Casa de Apoio? ``

Como foi sua experiência enquanto esteve nas ruas?

Você sentiu das pessoas muito preconceito?

Quanto tempo você ficou em situação de rua?

Como você fazia pra sobreviver?

Você ainda tem contato com a sua família?

O que você espera quando sair da casa de apoio?

### **Entrevista 3 - M1 - Morador da Casa de Apoio**

M1 -Eu sou da Bahia, eu moro na Bahia, aí eu cheguei aqui tem pouco tempo, entendeu? aí eu estava, fui pra outro setor lá no Cetremi, aí eu fiquei na rua depois entendeu? Aí como eu estou operado agora fiz uma cirurgia a pouco tempo, aí me informaram aqui, aí eu vim pra cá entendeu? Aí me deram apoio aqui e eu estou aqui até eu terminar de fazer meu tratamento. ``

Estava, isso é verdade, estava entendeu? Estava na rua, porque logo que eu não tinha onde ficar eu não tinha um parente aqui, não tenho ninguém aqui. Aí eu cheguei e vim pra cá entendeu? Primeiro eu fiquei lá em outra casa de apoio no Cetremi e depois eu vim pra cá, aí to aqui vai fazer uns quatro meses já. Eu estava na rua porque não tinha onde ficar, morar, não tenho parente aqui não tenho ninguém aí eu vim pra cá. ``

A minha experiência está sendo tipo ótima, né? Porque na rua é totalmente diferente. Entendeu? Aqui você tem tudo. Você tem assistente social, tem psicóloga, tem enfermeira, tem tudo. Tratamento é ótimo, todo mundo trata a gente da mesma forma que eles são, entendeu? ``

É uma coisa muito, vamos supor, muito rígida entendeu? Muito humilhante totalmente diferente, a gente não tem hora certa pra gente comer, não tem hora pra dormir, não tem onde dormir, não tem onde comer direito, e aqui não, aqui a gente tem hora certa pra comer, você tem televisão pra você assistir, você pode sair pra ir em algum lugar, com ordem da assistente social, entendeu? E voltar é uma coisa tipo controlada, mas é um controle que vale a pena. Entendeu? na verdade sim ou é as pessoas trata a gente como se a gente fosse nada entendeu? A gente está na rua e pra eles tanto faz né? E aqui não, aqui de funcionário a todo mundo, trata a gente igual pra igual tanto o Wender, como a dona Sheila que é enfermeira, a Jaqueline, os monitores, tudo trata a gente tudo igual entendeu? Não tem diferença nenhuma nem de outro``.

Na rua já tem um monte de tempo já, lá na Bahia não ficava, mas depois que vim pra cá, depois pra Tocantins, fiquei depois eu vim pra cá, depois já conhecia aqui, fiquei na rua mais ou menos dois anos ou mais. Aí dava um jeito, pra tudo tem um jeito né? A gente está na rua tem que correr atrás, pra não passar fome, pra não passar frio. ``

Tenho sim. Só que aí eu perdi a minha mãe logo cedo entendeu? Aí o contato que eu tenho é com a minha irmã só. Entendeu? Eu não pretendo voltar pra casa, porque um lugar que não tem trabalho não tem nada. Entendeu? ``

Eu espero, eu tenho minha profissão entendeu? Eu vou esperar meu tratamento, trabalhar, fazer mais uma cirurgia que eu vou fazer, fiz já três, vou fazer mais uma, que eu faço uso de bolsa, entendeu? Bolsa de colostomia, trabalhar e construir uma família, e o mais importante eu tô tendo que é o apoio, né? E muito e muito e um apoio muito apoiado mesmo, não é todo lugar que a gente acha um apoio desse, totalmente diferente da rua, que na rua você está na rua né? Você não tem uma roupa, você não tem a roupa

certa, você não tem onde dormir, você não tem onde comer. Pra você também tanto faz. E aqui na casa nós tem tudo, só agradecer primeiramente a Deus e segundo a eles aqui entendeu? tem tudo, não falta nada a comida na hora certa, tem lanche, tem tudo, tudo que a gente precisa E aí como eles falam eu só vou sair daqui depois que eu tiver 100%, aqui é bom porque a gente tem a oportunidade de arrumar trabalho e tudo, pra sair já, pra quem quer entendeu. ``

#### **Entrevista 4 - M2 - Morador da Casa de Apoio**

M2- ``É dá valor mais as coisas boas que a vida nos oferta né? Que eu já passei por aqui e eu erreí né? Dessa vez eu fui ver o valor que essa casa tem pra oferecer, que eu fiquei na rua daí eu fui ver o quanto que eu perdi né? Nem quando eu tinha minha própria casa tinha condições de ter do que eu tenho aqui, comprar roupa boa, alimentação, tem enfermeira, uma psicóloga, quer ir num lugar na vida não tem dinheiro pra ir lá como é que eu fazia? Eu fico de pé e aqui não, aqui tem um o carro pra levar nós. ``

``É eu ficava eu ficava na rua, senão no albergue né, no Cetremi, mas lá é quase não é uma coisa, lá era livre na época né?

``Em dois mil e dezenove eu sai do presídio, eu não tive pra onde ir, fiquei na rua né? Daí eu já comecei de volta a usar droga. É porque eu não sou daqui, aí eu fui pra rua, não tenho parente, fiquei, perdi minha casa e tive que chegar a esse ponto de ficar na rua. ``

``Ah é ruim né? Que até mesmo as vezes eu sinto eu tenho um problema né? Na pele, que eu tenho que toda vida tratar esse problema né? Por causa de hidratante, de comprar remédio, essas coisas, daí eu ainda tenho uma coceira chamando dermatite e coça, fica cheio de ferida, sem contar que eu tenho hérnia, e eu não consegui arrumar serviço desse jeito, não tinha como eu trabalhar não, caso eu tinha que pedir comida e quando ganhava comida eu comia, quando não ganhava e pegava dinheiro eu bebia, né? Era o vício era tanto que já estava na neurose assim, a eu vou beber, já estou nesse ponto mesmo. E hoje estou em tratamento, agora eu estou bem, estou bem, estou pensando duas vezes antes de é, como é que eu vou falar, quando entra numa situação, é porque dá outra vez eu fui dispensado aqui, por causa que eu briguei né, segurar mais as emoções né``.

``Aqui mês que vem eu tenho uma cirurgia pra eu fazer, depois que eu ficar bom que eu, o médico me dá. Depois, não agora já, eu vou arrumar um serviço e arrumar um lugar pra eu morar né, alugar uma casinha, uma quitinete. Pretendo ficar aqui na cidade``.

`` Não, assim, como é que eu vou dizer, meu pai na verdade já faleceu, minha mãe não fala comigo porque aquele negócio de preconceito que eu era presidiário. ``

`` Por tráfico. Até mesmo assim quando eu fui preso eles queriam jogar mais pena, em cima que não tinha nada a ver. E a pessoa que estava na frente, eu conhecia o casal que estava indo com o carro na frente, e eles resolveram suspeitar e resolveram parar também, e por coincidência não tinha como dizer que a gente não estava junto aqui, a gente era da mesma cidade de São José, Santa Catarina falaram não, como é que a polícia alegou para o delegado, que a como é que vocês tiveram essa conclusão de parar o carro da frente? Aqui ele falou, aí já botou associação criminosa, um monte de coisa, eu não entendi como tinha quebrado isso tudo, e só ficou o tráfico internacional. Eu tenho um primo que é advogado, e estava trabalhando na minha causa e eu nem sabia, aí ele conseguiu eliminar várias, me encheram de BO, só ficou o 33 e o 40, fiquei 6 anos e 4 meses. ``

`` Primeiro eu fui na casa de um amigo meu, eu fiquei um mês, aí eu fui atrás de emprego e não consegui, e falei o cara não consegui emprego, todo emprego que eu consigo é servente de pedreiro, e eu não posso fazer esforço físico e ele falou não me leva a mal, mas não tem como ficar, aí eu falei te entendo, aí eu sai, aí eu fui pra uma chácara, mas daí eles pegavam muito pesado, daí eu fui embora, fiquei na rua até achar o Cetremi, mas mesmo assim fiquei nas ruas uns dias. ``

`` Eles têm muito amor pelo próximo, totalmente diferente dos outros lugares, acho aqui melhor, nem na onde eu moro tem uma casa aqui como essa ``.

## **Entrevista 5 - M3 - Morador da Casa de Apoio**

M3 - `` Então se for é um livro né? Então é um livro a minha vida né? Eu já fiquei internado umas quatro vezes na Peniel, a minha vida começou nesse fato da internação, eu jogava bola, era um cara que fazia esporte, fazia jiu-jitsu, jogava bola, e eu fiquei dez anos no Japão, eu fui pro Japão, morei dez anos no Japão já fui pra alguns lugares aí também, pra Coréia, em alguns lugares aí, mas aonde eu morei mesmo foi no Japão, onde eu fiz família, né? Eu tenho quatro filhos lá, um chegou agora, tá em São Paulo e eu vim conhecer as casas de recuperação quando entrei nas drogas, é eu não usava droga nenhuma, eu não bebo, não fumo, e eu entrei na droga por frustração aonde eu vim conhecer o que é uma clínica de recuperação né, e foi assim a recuperação minha, eu

vim conhecer através do meu irmão, me levou, mas sempre naquela recaída e sempre voltando fiquei já quatro vezes, um belo dia eu conheci aqui através da dona Maria né, que é a presidente né daqui, e ela me viu na rua, porque já estava virando mendigo, porque pra mim não tinha mais valor né, depois que eu perdi o valor, e ela deixa um vazio muito grande na gente, e eu já me encontrei na rua, e foi que dessa vez agora, ela me viu na rua e perguntou se eu queria um lugar pra mim ficar, pra mim me recuperar, né? E onde eu tô aqui nessa Casa. ``

``Muita coisa, é muita, muita coisa mesmo. Aqui é muito bom. Aqui a Peniel tem no mundo inteiro, até no Japão tem Peniel, Portugal, vários lugares do exterior, mas aqui eu encontrei tudo. Além de Deus né? Porque o dependente químico e alcoólatra só sai com Deus também, porque a gente entramos no campo das trevas, porque a droga experiência toda com Deus eu vim descobrir que Deus me mostrando que a droga é o campo das trevas né, então é estar na bíblia também, e que nós precisamos espiritualmente sair das trevas de Deus, por isso que muitas das vezes esses que estão na rua, igual eu estava na rua, é a gente perde tudo, dignidade, caráter, as três coisas que mais se perde, por isso que a gente vira um lixo é personalidade, caráter e pessoa, só não perde daquele que a mãe deixou bem informado né, que não consegue manter isso na rua, mesmo morando na rua, mas a maioria você vê as pessoas quando fala dum nóia né? Quando fala dum dependente químico de rua, já se sente medo, já generaliza né? As pessoas então, não são todas, mas ainda tem as pessoas boas que usam droga, mas ainda não perderam seu caráter, não perderam sua personalidade, não perderam a pessoa indo até aquilo que a mãe ainda deixou formado, sabe? Mas a maioria perde sim, ela tira. E eu senti um vazio muito grande depois que eu perdi meus filhos, né? Meus filhos nasceram lá, eu vim pro Brasil, aonde é a terceira vez que eu vim em dez anos, a terceira vez foi onde eu por frustração, por causa de dinheiro, entrei na droga, é como um milionário quando ele perde o seu império né ele se mata, ou ele vira um de rua, tem muitas pessoas que está na rua, e boas, e hoje são perdidas no mundo, aí né assim que foi a minha vida, aí eu entrei na droga por frustração. ``

``Na rua agora, porque assim, cada recaída que a gente volta de novo, você está bem, se levanta, depois você recai de novo, por algo que mexe com a gente aqui por dentro, o dependente químico é assim, é um pavio curto, se ele não trabalhar é além da psicologia, do psicólogo, aqui tem tudo, né? Aqui nós temos tudo, todos eles são muito legais, são humildes, são sabe? Trata, a gente tem tudo aqui, eles trazem tudo pra nossa melhora e se eu cuidar, eu trabalhar o meu lado psico, né? Da mente e trabalhar também o espiritual também e quando você tá nas drogas, você perde todo esse tipo de coisa, né? Tanto psico como o lado espiritual, você não ta nem aí para a sua vida, e aqui é muito bom, muito ótimo,



nunca vi uma casa como essa que sabe assim, eles são um, é, dedicados sabe, trabalham certo, lógico são seres humanos também, muitas vezes a gente só quer receber o presente, mas a gente não quer saber de quem foi o presente, tá mais preocupado com o presente né, a gente não quer saber quem deu o presente, então muitas vezes é dando que se recebe, então eles dão pra gente carinho, eles dão tudo, aí as vezes eu vejo muitas pessoas não tá bom, é ótimo, aqui tem tudo, é maravilhoso, muito bom mesmo, sabe?``

``Algumas coisas eu perdi, por mais que a minha mãe deixou formado, é porque a droga é assim, ela é uma ilusão né, porque se fosse ruim ninguém estaria nela, se fosse ruim o mundo aí não tinha droga, a droga tem no mundo inteiro, ela é uma ilusão, porque cada caso é um caso, eu tô falando no meu caso foi por frustração, muitos é por perca do pai, porque é, perdeu, foi cedo para rua, muitos a mãe deixou quando era pequeno, se envolver com pessoas erradas né, aí já entrou a droga, muitos veem aquela coisa de curtir a vida né, uma maconha, e da maconha ele vai indo mais pra frente, ele vai vendo que vai chegando mais droga, ele vai vendo outro amigo que pra ele é curtição aí ele entra também, cada caso é um caso, tem vários tipos de caso de porque as pessoas entram na droga, entra no álcool é quase igual, na medida que você vai injetando, se você não fuma, você passa a fumar, se você não bebe, você a passa a beber, ela é uma ilusão, destruição, que é pra destruir mesmo, então eu vim pra cá, pra mim restabelecer tudo aqui de novo em mim, fazer uma busca com Deus que é preciso, é necessário, a busca de psicólogo, ajuda muito, aqui tem psicólogo, aqui tem tudo, tudo na nossa mão, não muda aquele que não quer, aquele que quer ainda a esperança e mudança``.

``A família não suporta mais um dependente químico dentro de casa, por mais que eu não perdi o meu vínculo de honestidade, de não mentir, mas tem hora que você manipula, manipula mãe, manipula pai, irmão, pra pegar um dinheiro, tem uns que passam da conta de mentira, muitas vezes minha mãe me dava dinheiro pra cortar o cabelo, três, quatro vezes ela me dava, ela sabia que eu não ia cortar o cabelo, ela sabia que ia usar o cabelo nas drogas sabe, então aí você começa a se achar, a mãe começa ficar triste, po você não cortou o cabelo te dei o dinheiro, passa acreditar que você tá mudando, aí a gente vai lá e usa droga e mente pra mãe de novo, então nem eu, isso pra mim não era legal, que vi minha mãe sempre tratou a gente nos pingos do i, não mexer, não andar com pessoas erradas, e eu depois de velho já começar a fazer um tipo dessas coisas, até eu me envergonhava, eu vi que a minha mãe estava sofrendo muito, foi onde eu passei a ficar na rua, eu falei mãe aqui eu não venho mais.``

``Tem, tem muito, eu não era de andar com ninguém, eu tinha esse lado comigo, mesmo que eu estava na rua usando droga, eu não era de andar de bando sabe, porque eu não convivi nesse lado da polícia, de cadeia, e pra eles não, eles já perderam a vergonha, eles não tem mais esse vínculo pessoal, esse caráter, se a polícia abordar, ou se ficar na parede pra revistar toda hora sabe, então isso pra mim era vergonha, eu tinha vergonha de polícia me parar, então eu não gostava de andar com ninguém, o mundo deles, de muitos que estão nas ruas, é falar sobre cadeia, sobre presídio, e isso não era, eu já estava na vida errada, e vou ficar com pessoas falando de cadeia, de não sei o que, de presídio, isso daí eu não, me sentia mal, eu andava sozinho, não gostava.``

``Eu não roubava, não mexia com nada errado, mas eu tinha aquele lado as vezes de mentir para as pessoas, ou então magueava, pedir para as pessoas dinheiro, ou então procurava serviço, eu sempre arrumava alguma coisa pra eu fazer pra ganhar dinheiro, pra eu usar droga. Muitas vezes me chamavam pra roubar, como eu como qualquer, aí eu falava não meu irmão eu não roubo, não ta pra mim isso, me desculpa, mas eu não roubo, eu falava pra ele eu não consigo fazer isso, eu não sei nem roubar, pra sair dali, de perto, pra não ficar envolvido, então era assim que eu agia, eu tirava entulho, carpia quintal, fazia várias coisas, pra poder adquirir o dinheiro, um dia eu parei para fazer as contas, e eu gastava quase que oitenta, cem reais por dia, como eu arrumava esse dinheiro, de segunda a segunda, aí fazia as contas, poxa olha esse dinheiro eu poderia fazer outra coisa, uma faculdade, eu tenho o ensino médio.``

``Estou sim, estou em tratamento, eles levam a gente no CAPES também, leva e traz, desde os monitores, a até a cozinheira, são muito, a gente é tratado como filho``.

``Agora é, não é fácil, porque o dependente químico ele fica todo destruído, ainda mais esse que já perdeu essa noção, essa ideia, de voltar pra vida de novo, é o mais importante, eu estava conversando com a psicóloga, eu não tinha falado isso comigo, porque você recai, eu não tinha me encontrado, então já é um lado bom, eu me encontrei, uma rota de fuga que a gente tem que achar dentro da gente, o dependente químico ele se perde.``

É percebido na análise das entrevistas com os moradores do local, o quanto viviam em uma situação de vulnerabilidade nas ruas, que está atrelado a uma estrutura deficitária, de desigualdade e condição social desfavorável (SILVA, 2013). Verifica-se que estavam imersos em uma vida precária e privada de direitos, o que se amolda a realidade demarcada por este grupo, que é a expulsão, desenraizamento e privação, elucidada pela Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua.

Observa-se nos relatos, que adotaram padrões e estilo de vida para sobreviverem a realidade das ruas, sendo sua identidade, experiências e pertencimento modulados por esse novo cenário. Revela-se que essa condição permeou em uma fragilidade das relações afetivas familiares e sociais, e como se apropriaram de um olhar negativo de si, diante do preconceito e invisibilidade sofridos.

Os pontos positivos uníssonos nas entrevistas, se refere a oportunidade que a Casa de Apoio oferece a eles, como uma porta para uma mudança de realidade e transformação pessoal e em consequência na comunidade. Na Casa possuem um resgate de sua identidade e pertencimento no território, pelo tratamento digno que recebem, e começam a construir objetivos de um futuro melhor quando voltarem a conviver em sociedade.

#### **4.3 Resultados esperados**

Revela-se por meio dos relatos dos dirigentes da Casa, que seus olhares e julgamentos foram sendo transformados à medida que passaram a trabalhar e ter um convívio com as pessoas em situação de rua, uma vez que conheceram um pouco mais de suas histórias, vivências, perdas, doenças. O entendimento de que aquele sujeito é um ser humano, que já foi muito humilhado, sofrido, desprezado, traz uma consciência empática, que os levam a agir de modo diferente, de não somente realizar o acolhimento inicial, mas sim resgatar a sua dignidade.

Foi possível extrair, que a maior realização se materializa quando aquele sujeito, que antes de chegar na Casa estava em uma situação de rua, sem qualidade de vida, rendido as mazelas sociais, se reintegra à sociedade. Por meio das ações e medidas ativas adotadas pela Casa em parceria com outros órgãos, verifica-se o quanto propicia a melhora e transformação do indivíduo, e em consequência há um fator de impacto na comunidade.

Por meio das entrevistas, nota-se que a Casa representa uma esperança, uma luz, a última cartada, um porto seguro, uma oportunidade, para as pessoas que estão em condição de rua. A passagem pela Casa, perfaz um processo de sair da vulnerabilidade e caminhar para uma vida digna, dotada de direitos individuais e coletivos, de proporcionar habilidades e potencialidades, de resgate de identidade e sentimento de pertença que antes foram perdidos.

Isto posto, na perspectiva do Desenvolvimento Local, a Casa de Apoio São Francisco de Assis tem sido um progresso social, juntamente com as parcerias com

Instituições Locais e o Município, desenvolvendo a promoção da qualidade de vida dessas pessoas. É notório que o alvo é o ser humano como centro, com capacidades, competências e habilidades que precisam serem restabelecidas.

Verifica-se que a Casa oportuniza uma identificação da relação do sujeito com o lugar, o que reluz em seu sentimento de pertença. O período em que o morador fica na Casa, lhe é dispensado tratamento, com acolhimento em todas as esferas, para que ele esteja apto e pronto a se inserir na comunidade, e desfrutar dos direitos de cidadão.

Já na ótica dos moradores do local, é salutar constatar por meio das entrevistas que estar nas ruas é uma situação considerada por eles como humilhante, são vistos como insignificantes pela sociedade. Conforme relato, nas ruas eles perdem tudo, deixam de ter dignidade, personalidade, caráter, se consideram como lixos.

A experiência de estar na Casa, por sua vez, lhes proporcionam um suporte, apoio, uma ajuda em todos os aspectos, além de um olhar diferente do que recebiam nas ruas. Nesse local, eles encontram amor e cuidado, uma realidade bem diferente do que viviam. Quanto a expectativa para o futuro, esperam melhorar de vida, buscar um trabalho, uma família, um local para morar, almejam estarem em uma situação diferente de como chegaram na Casa de Apoio.

Por tudo isso, a Casa de Apoio mostra ser um local que reconhece o ser humano em todas as suas potencialidades, seus direitos, sua dignidade. Neste espaço, é assegurado um bem-estar não vivenciado por essas pessoas quando estavam em condição de rua.

Assim, a reintegração social se torna cada vez mais viável à medida que este indivíduo proveniente de uma vida precária nas ruas, encontra tratamento, cuidado, amor e comprometimento das pessoas que ali trabalham.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em uma análise geral, constata-se que a pesquisa foi projetada inicialmente em entender e verificar como os problemas sociais, econômicos e ambientais ainda repercutem no país, que é revelado pelos indicadores que ainda são precários, quando comparados com outros países. Necessita-se então, de políticas ativas e investimento em desenvolvimento interno para mudar este panorama e reduzir a exclusão e as desigualdades existentes no Brasil.

Diante deste cenário, o trabalho escancara a realidade das pessoas que vivem em situação de rua no contexto brasileiro, e como estes indivíduos estão imersos a uma realidade de vulnerabilidade, precarização da vida humana, exclusão, invisibilidade, privação de direitos, sofrendo todos os tipos de preconceitos e julgamentos, e trilham o caminho para uma ruptura social. O sentimento de pertença e identidade aos poucos vão sendo renegados, e já não possuem mais um olhar positivo de si.

A falta de moradia convencional muitas vezes é vista como fator preponderante para caracterização deste grupo, porém, esta população é demarcada pela expulsão do território, privação de direitos e desenraizamento e, em consequência, se apropriam de novos hábitos, que impactam em sua identidade e também no sentimento de pertença, que faz com que eles não se sintam mais parte daquela comunidade. Revela-se então, uma naturalização no olhar de muitas pessoas na sociedade, que se acostumam com essa paisagem de rualização.

De fato, alguns motivos culminam para que o indivíduo passe a ter esta condição de rua ou, ainda, corrobora na sua permanência, como a dependência química, conflitos familiares, pobreza, desemprego, problemas de saúde, migração, dentre outros. Dessa forma, muitas medidas e ações em prol de políticas públicas voltadas a essa população está sendo implementada, porém, ao longo dos anos houve um crescimento significativo dessas pessoas. O que traz uma reflexão sobre os investimentos na infraestrutura do país.

Percebe-se que o Decreto nº 7.053 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua, além do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, mudou o estatuto desses indivíduos. Isso por que, a terminologia população em situação de rua revela uma condição de transitoriedade em que a pessoa está na rua, mas pode sair deste contexto, diferente da nomenclatura morador de rua, que remete a uma condição irreversível.

Diante de tais conclusões, a pesquisa caminha para mostrar a contribuição da Casa de Apoio à População em Situação de Rua São Francisco de Assis na cidade de Campo Grande - MS, mediante as ações no intuito de promover o restabelecimento social destes indivíduos. Verifica-se que a finalidade é acolher em um primeiro plano e retirar do contexto de rua e, posteriormente, proporcionar um resgate de sua dignidade. Por meio das parcerias com instituições locais públicas e privadas, garantem uma segurança, moradia, alimentação, acesso a oportunidade de trabalho, a tratamento de saúde, a dependência química, ao lazer.

É notório o papel que a Casa de Apoio desempenha na ótica do Desenvolvimento Local, uma vez que auxilia para que a própria pessoa desabroche suas potencialidades e identidade ora perdidas, e volte a se sentir pertencente na sua família, no trabalho e na coletividade.

Por meio das entrevistas com os moradores da Casa, foi possível aferir o quanto a Casa de Apoio é essencial para oportunizar uma transformação de vida, que eles tanto buscavam. A Casa representa uma esperança, uma ponte, para que o indivíduo volte a se enxergar como alvo central, além de se reestruturar nos laços familiares e sociais.

Com base em tudo isso, verifica-se o quanto a temática da pesquisa é relevante no contexto social, acadêmico e pessoal, haja vista que este fenômeno da população em situação de rua necessita gerar uma transformação do olhar diante desta problemática, não mais de naturalização deste contexto, mas de mudança. A pesquisa fomenta um aprofundamento em estudos para a promoção de ações e políticas em prol do Desenvolvimento Local.

## REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Aparecida Magali de Souza; ALVARENGA, Augusta Thereza de; DELLA RINA, Silvia Cristiane de SA. Histórias de vida de moradores de rua, situações de exclusão social e encontros transformadores. **Saúde e sociedade**, v. 18, p. 259-272, 2009.

ALCANTARA, Stefania Carneiro de; ABREU, Desirée Pereira de; ARAÚJO, Alessandra Farias. Pessoas em situação de rua: das trajetórias de exclusão social aos processos emancipatórios de formação de consciência, identidade e sentimento de pertença. **Rev. colomb. psicol.**, p. 129-143, 2015.

ANDRADE, Luana Padilha; COSTA, Samira Lima da; MARQUETTI, Fernanda Cristina. A rua tem um ímã, acho que é a liberdade: potência, sofrimento e estratégias de vida entre moradores de rua na cidade de Santos, no litoral do Estado de São Paulo. **Saúde e Sociedade**, v. 23, p. 1248-1261, 2014.

ÁVILA, V. F. et al. **Formação educacional em desenvolvimento local**: relato de estudo em grupo e análise de conceitos. 2.ed. Campo Grande: Editora UCDB, 2001.

ÁVILA, V. F. et al. Realimentando discussão sobre teoria de Desenvolvimento Local (DL). **Interações Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Vol.08, n.13, p.133-140, set 2006.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BARBOSA, Marcia Schumack Militão *et al.* A relação entre pobreza e degradação ambiental no Brasil sob a ótica dos indicadores PIB/IDH. **Semioses**, v. 9, n. 1, p. 17-35, 2016.

BRASIL. **Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm) > Acesso em: 13 /04/2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Saúde da população em situação de rua**: um direito humano / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos e Instituto de Desenvolvimento Sustentável. **Pesquisa Censitária Nacional sobre Crianças e Adolescentes em Situação de rua**. Brasília, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) > Acesso em: 25 /05/2021.

BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. In: ROSENDHAL, Zeny e CORRÊA Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia cultural**. 3.ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.

COSTA, Ana Paula Motta. População em situação de rua: contextualização e caracterização. **Revista Virtual Textos & Contextos**, nº 4, dez. 2005.

CHESNAIS, François. A globalização e o curso do capitalismo de fim de século. Campinas: Economia e Sociedade, n.5, 1995.

CARNEIRO JR, N.C; JESUS, C.H, CREVELIM, M.A. A estratégia saúde da família para a equidade de acesso dirigida à população em situação de rua em grandes centros urbanos. **Saúde Soc**, São Paulo, v.19, n.3, p. 709-716, fev. 2010.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

DICIONÁRIO DO DESENVOLVIMENTO. Disponível em: [https://ddesenvolvimento.com/wp-content/uploads/2020/01/Dicionario\\_do\\_Developmento\\_2020.pdf](https://ddesenvolvimento.com/wp-content/uploads/2020/01/Dicionario_do_Developmento_2020.pdf). Acesso em 10 de agosto de 2021.

ESCOREL, S. **Vidas ao léu**: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

FILGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha. Morar na rua: realidade urbana e problema público no Brasil. **Cad. Metropole**, São Paulo, v. 21, n. 46, pp. 975-1003, set/dez 2019.

FERREIRA, Fernanda Vasques; ALVES, Maíra Pinheiro. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS MORADORES DE RUA NO JORNAL CORREIO BRAZILIENSE: Exclusão, dessemelhança e violência. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.9, n.3, p.35-56, TRIII 2015. ISSN 1980-7031.

FONSECA, Regina Célia Veiga da. **Metodologia do Trabalho Científico**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

FRAGOSO, António. Contributos para o debate teórico sobre o desenvolvimento local: Um ensaio baseado em experiências investigativas. **Revista Lusófona de Educação**, núm. 5, 2005, p. 63-83.

FRANGELLA, Simone Miziara. **Corpos urbanos errantes**: uma etnografia da corporalidade de moradores de uma rua em São Paulo. 2004. 361p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279907>>. Acesso em: 7 julho. 2021.



FREITAS, Alair Ferreira de; FREITAS, Alan Ferreira de. Interações entre organizações coletivas na promoção do desenvolvimento local. **Interações: revista internacional de desenvolvimento local**, 2013, vol.14, p.177-188.

GIORGETTI, Camila. **Moradores de Rua: uma questão social?** São Paulo: Fapesp, Educ, 2014.

GHIRARDI, Maria Isabel Garcez *et al.* Vida na rua e cooperativismo: transitando pela produção de valores. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 9, n.18, p.601-610, set/dez 2005.

GUERRA, Sidney; EMERIQUE, Lílían Márcia Balmant. O princípio da dignidade da pessoa humana e o mínimo existencial. **Revista da Faculdade de Direito de Campos**, v. 9, p. 379-97, 2006.

GUIA DE CADASTRAMENTO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA.3ed. Brasília: MDS, 2011.

HINO, Paula; SANTOS, Jaqueline de Oliveira; ROSA, Anderson da Silva. Pessoas que vivenciam situação de rua sob o olhar da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, São Paulo, v.71, n.1, p. 732-740, nov. 2018.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL (SETEMBRO DE 2012 A MARÇO DE 2020). Brasília: Ipea, 2020.

JORGE, Rogério Ribeiro. **Território, identidade e desenvolvimento: uma outra leitura dos arranjos produtivos locais de serviços no rural**. 2010. 304p. Tese (doutorado)- Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Disponível em [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-04022010-140724/publico/ROGERIO\\_RIBEIRO\\_JORGE.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-04022010-140724/publico/ROGERIO_RIBEIRO_JORGE.pdf). Acesso em 12 de agosto de 2021.  
KUBOTA, Andréa Cristina; PIRES, Cristiane Brito; NEVES, Luís Paulo. O morador de rua: perspectivas conceituais. **Centro Universitário São Camilo**, v. 2, n. 2, p. 223-233, 2008.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Enraizamento, pertença e ação cultural. **Revista Cronos**, v. 2, n. 1, p. 131-137, 2001.

LEMOS, José de Jesus Sousa. **Mapa da exclusão social no Brasil: Radiografia de um país assimetricamente pobre**.2. ed. Banco do Nordeste do Brasil: Fortaleza, 2008.

LEITE, Sílvia Silva Cavalcante. Migrações e vida nas ruas: a manifestação da exclusão social no plano piloto – Brasília. **XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambú-MG, de 18 a 22 de setembro de 2006.

LYSARDO-DIAS, Dylia. Narrativas de moradores de rua nas mídias sociais. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v.26, n.3, p. 989-1013, 2016.

MAGNI, Cláudia Turra. SNOW, David; ANDERSON, Leon. Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua. **Horizontes Antropológicos**, v. 10, n. 21, p. 324-326, 2004.

MATTOS, R. M., FERREIRA, R. F. **Quem vocês pensam que (elas) são?** - Representações sobre as pessoas em situação de rua. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822004000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822004000200007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 11 de agosto de 2021.

MATTAR NETO, João Augusto. **Metodologia científica na era digital**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MATHEUS, Leticia. Memória e identidade segundo Candau. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 22, p. 302-306, dez. 2011.

MARTINEZ, Mariana Medina. *et al.* A produção e a gestão da população de rua: A trajetória de Luciene. DILEMAS: **Revista de Estudos de Conflito e Controle Social** - Vol. 7 - no 4 - OUT/NOV/DEZ - pp. 741-767.

MATTOS, Ricardo Mendes; FERREIRA, Ricardo Franklin. Quem vocês pensam que (elas) são? Representações sobre as pessoas em situação de rua. **Psicologia & Sociedade**, v. 16, n. 2, p. 47-58, 2004.

MULS, Leonardo M. Desenvolvimento local, espaço e território: o conceito de capital social e a importância da formação de redes entre organismos e instituições locais. **Revista EconomiA, Brasília**, v. 9, n. 1, p. 1-21, 2008.

MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. **Interações Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Campo Grande, Vol 3, n.5, p.51-59, set. 2002.**

NATALINO, Marco Antonio Carvalho. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil**, Texto para Discussão, No. 2246, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2016.

NIEDERLE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. **Introdução às teorias do desenvolvimento** [recurso eletrônico]. coordenado pelo SEAD/UFRGS. – Dados eletrônicos – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

OLIVEIRA, José Cláudio de. **Estudo de problemas brasileiros**. 2. ed. Livros técnicos e Científicos: Rio de Janeiro, 1978.

PACKER, Milene Pescatori et al. “Virei um mendigo”: vivências de ex-moradores de rua acolhidos em uma instituição confessional brasileira. **Revista de Enfermagem da UFSM**, v. 5, n. 1, p. 69-80, 2015.

PRATES, J. C. *et al.* **A Política de Inclusão para Populações em Situação de Rua no Brasil e o Desafio da Integralidade**. In: SIPIN - Seminário Internacional sobre políticas públicas, intersectoralidade e família., 2013, Porto Alegre. Desafios Éticos no Ensino, na Pesquisa e na Formação Profissional, 2013. v. 1.

PAIVA, Irismar Karla Sarmiento de et al. Direito à saúde da população em situação de rua: reflexões sobre a problemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, p. 2595-2606, 2016.

POLÍTICA NACIONAL PARA INCLUSÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA– PNAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Disponível em [http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao\\_civel/acoes\\_afirmativas/inclusaooutros/a\\_a\\_diversos/Pol.Nacional-Morad.Rua.pdf](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/acoes_afirmativas/inclusaooutros/a_a_diversos/Pol.Nacional-Morad.Rua.pdf), maio de 2008, acesso em 08 de agosto de 2021.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica** (para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação). 3.ed. São Paulo. Edições Loyola, 2005.

RODRIGUES, Igor de Souza. **A construção social do morador de rua: o controle simbólico da identidade**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2015.

RESENDE, Viviane de Melo. Violência simbólica: representação discursiva da extrema pobreza no Brasil - relações entre situação de rua e vizinhança. **Discurso & Sociedad**, Vol. 9(1-2), 106-128, 2015.

ROCHA, Cármen Lúcia Antunes. O princípio da dignidade da pessoa humana e a exclusão social. **Revista Interesse Público**, v. 4, n. 2, p. 23-48, 1999.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL, 3., 2015, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2015. 7 p. Tema: Pessoas em situação de rua, exclusão social e realização: reflexões para o serviço social.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005. 2006. 220 f. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília.

SILVA, Michelle Nascimento da. Identidade, pertencimento e sociabilidade no espaço urbano: observações sobre a percepção dos usuários do bairro Cidade Baixa em Porto Alegre. **ILUMINURAS**, v. 14, n. 34, 2013.

SOARES, Ricardo Maurício Freire. **O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana: em busca do direito justo**. São Paulo: Saraiva, 2010.

TIENGO, Veronica Martins. O Fenômeno População em Situação de Rua Enquanto Fruto do Capitalismo. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 17, n. 1, p. 138 - 150, jan./jul. 2018.

TÖNNIES, Ferdinand. Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais. In: FERNANDES, F. (Org.). **Comunidade e sociedade**. São Paulo: Nacional; EDUSP, 1973.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

VARANDA, Walter; ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. **Saúde e sociedade**, v. 13, p. 56-69, 2004.

VIEIRA, M. A.; BEZERRA, E. M.; ROSA, C. M. M. (Orgs.). **População de rua**: quem é, como vive, como é vista. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.